Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 21.9.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 765 / € 2,00 / Diretor Filipe Alves Diretores Adjuntos Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino

FOGOS Zonas de alto risco estão identificadas desde 2021, mas não foram tomadas medidas previstas

Carta de Perigosidade de Incêndio Rural foi criada há três anos, mas o anterior Governo cedeu aos municípios que pediram a sua suspensão. Primeiro ficou adiada até março de 2023, depois até dezembro deste ano. Quase três quartos (73,5%) dos mais de 118 mil hectares de área ardida na última semana estava classificada como de alto ou muito alto risco e, se estivesse em vigor, os municípios estavam obrigados a regras de segurança e proteção.

PÁGS. 4-7



LEONARDO NEGRÃO

RESTAURO
Projeto da centenária Biblioteca da Brotéria dá uma segunda vida aos seus livros

PÁGS. 26-27

VIOLÊNCIA CRIMES JUVENIS COM ARMA BRANCA ESTÃO A CRESCER

PÁGS. 10-11

Entrevista
Nguyên Phan Quê Mai: "50 anos depois da guerra, ainda há bombas por explodir no Vietname"

PÁGS. 16-17



Guerra
O plano energético da Europa para ajudar a Ucrânia a sobreviver ao próximo inverno

PÁG. 14

Sentença
Tribunal confirma multa de 225M€ ao *cartel da banca*

ÚLTIMA

Fiscalista Luís Leon "Sucessão de regimes fiscais transitórios está a emperrar a máquina fiscal" DINHEIRO VIVO



Benfica "Kökçü foi rentabilizado e até Aktürkoğlu ganhou com isso" PÁG. 19



Editorial

Valentina Marcelino
Diretora adjunta do Diário de Notícias

Incêndios. A hora do Lobo

Certamente todos ficamos com um nó no estômago quando vemos as imagens de autarcas no meio dos incêndios, desesperados, a pedir mais meios para o combate às chamas que lhes devoram a florestas, casas e, em alguns caso, lhes ceifam vidas.

Foi aflitivo ver e ouvir Pedro Lobo, o presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga, depois de três dias na "frente de batalha" no corpo, sem dormir, barba por fazer, rosto desolado, a pedir "união às pessoas" para enfrentarem "o pior incêndio de sempre" no seu concelho. Os números provisórios apontam para quase 5000 hectares de área ardida, o que corresponde a perto de 38% do município.

Igualmente dolorosa deve ser a emoção dos autarcas de Castro de Aire, com quase 18 mil hectares ardidos, correspondendo a 47% do concelho; ou de Carregal do Sal com 46%.

Todas as reivindicações são legítimas e, acreditamos, não há cinismo na sua proclamação.

Estes três concelhos, que usamos aqui a título de exemplo por estarem entre os que sofreram a maior percentagem de área ardida, fazem parte das designadas Áreas Prioritárias de Proteção e Segurança (APPS), correspondentes às classes de perigosidade de incêndio rural "elevada" e "muito elevada", delimitadas numa *Carta de Perigosidade de Incêndio Rural* definida em 2021 pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA).

Em Sever do Vouga, 74% do que foi consumido pelo fogo estava dentro da APPS; 75% em Castro de Aire; e 62% em Carregal do Sal.

Só que, como noticiamos nesta edição, este plano, descrito como "uma das principais fontes de informação para o planeamento das medidas de prevenção e combate a incêndios rurais, ao nível não só do ordenamento do território, do ordenamento florestal e da prevenção estrutural, mas também do condicionamento das atividades que ocorrem nos espaços rurais e da alocação dos meios de vigilância e combate", não viu ainda a luz do dia.

Em 2022, por pressões dos municípios, foi alterado e suspenso até março de 2023, tendo de novo, pelos mesmos motivos, sido suspenso até final deste ano.

Com esta carta em vigor, os municípios ficavam obrigados a gerir o seu território de forma a mitigar esse risco, com condicionantes de vária ordem nos loteamentos, na realização de eventos, orientando medidas para a redução da carga combustível.

> **"É a esta hora que chegam os arrependimentos, os pesadelos e os fantasmas. E a pergunta teima em querer sair da garganta. E se?"**

O anterior Governo ainda admitiu que este adiamento se devia, sobretudo, às "restrições a nível de edificação e de realização de atividades culturais, desportivas ou outros eventos".

Contas feitas, dos 118 mil hectares de área ardida na semana entre 13 e 19 de setembro, 73,5% estavam em zonas classificadas como de risco alto e muito alto.

É aqui que chegamos à "hora do lobo", que pode ser personificada no autarca Pedro, que também é Lobo. É a esta hora que chegam os arrependimentos, os pesadelos e os fantasmas. E a pergunta teima em querer sair da garganta. E se?

Os municípios que quiseram travar esta medida (ainda em junho os do Distrito de Leiria voltaram a insistir que fosse de novo suspensa) e os governantes que lhes cederam devem ter a resposta.

OS NÚMEROS DO DIA

2719

M€ PARA ADMINISTRAÇÕES
Este é o valor do financiamento das Administrações Públicas até julho, após ter sido negativo em 6296 milhões de euros no período homólogo de 2023, anunciou ontem o Banco de Portugal (BdP).

7,8

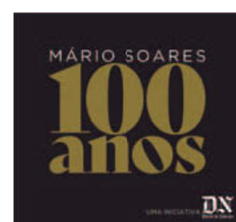
POR CENTO
foi quanto aumentou o Índice de Preços da Habitação no segundo trimestre em termos homólogos, acelerando face aos três meses anteriores, tendo o número de transações aumentado 10,4%, a primeira subida em dois anos, divulgou ontem o INE.

851

REINSCRIÇÕES NA CGA
A ministra do Trabalho disse ontem, no Parlamento, que, entre julho e o final de agosto, o número de processos em tribunal de trabalhadores a reclamarem a reinscrição na Caixa Geral de Aposentações subiu de 460 para 851.

12

SUSPEITOS
de terrorismo e seis membros do Exército foram mortos em confrontos perto da fronteira com o Afeganistão, afirmaram ontem as autoridades paquistanesas, que precisaram terem as suas Forças Armadas retaliado contra um ataque "terrorista" noturno num posto de segurança na região montanhosa do Waziristão do Sul.





21.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Telles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves ***E-mail* geral da redação** dnot@dn.pt ***E-mail* geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em *www.dn.pt*. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.

FOGOS

Mapa que identificou zonas de maior risco e exigia atuação de autarquias nunca entrou em vigor

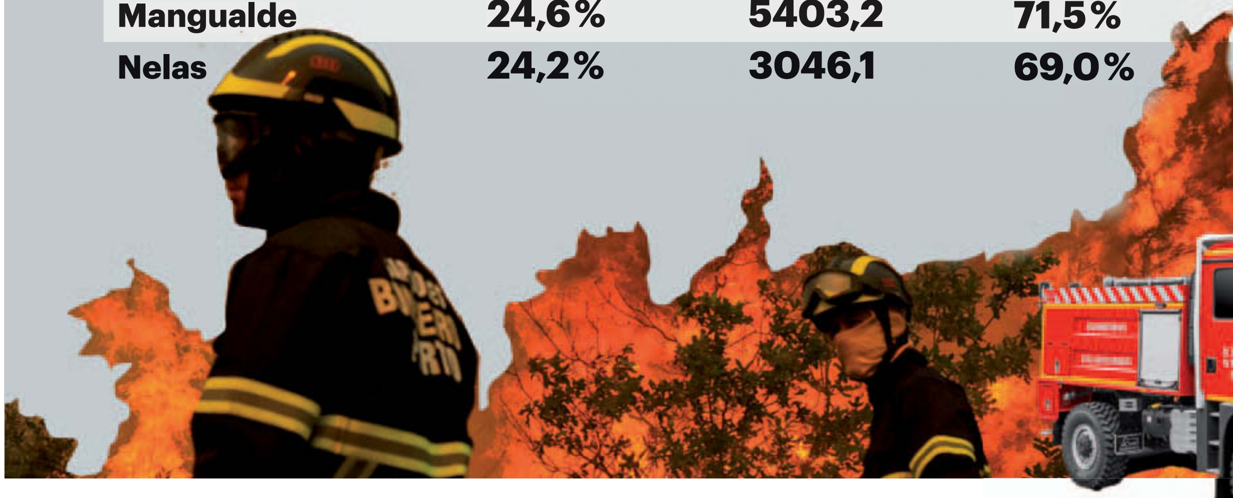
PREVENÇÃO A *Carta de Perigosidade de Incêndio Rural* foi criada em 2021, mas os municípios pediram a suspensão, que ia até final deste ano. Três quartos dos hectares ardidos desde domingo coincidem com estas áreas.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO** E **VALENTINA MARCELINO**

OS 10 MAIORES INCÊNDIOS POR PERCENTAGEM DO MUNICÍPIO ARDIDO

Período de 15 a 19 de setembro 2024

MUNICÍPIO	PERCENTAGEM DO MUNICÍPIO ARDIDO	ÁREA DO MUNICÍPIO (HA)	PERCENTAGEM ARDIDA EM APPS*
Albergaria-a-Velha	55,0%	8728,5	37,6%
Castro Daire	46,8%	17 753,7	75,1%
Carregal do Sal	45,7%	5338,1	61,7%
Penalva do Castelo	38,5%	5173,5	75,1%
Baião	37,2%	6494,6	76,9%
Sever do Vouga	37,2%	4830,5	74,0%
São Pedro do Sul	37,1%	12 938,0	77,7%
Águeda	25,1%	8402,2	70,6%
Mangualde	24,6%	5403,2	71,5%
Nelas	24,2%	3046,1	69,0%



O texto do Decreto-lei nº 82/2021, de 13 de outubro estipulava, no artigo 41.º: "A cartografia de risco de incêndio rural compreende a carta de perigosidade de incêndio rural e a carta de risco de incêndio rural." O objetivo era classificar "em cinco classes" – muito baixa, baixa, média, alta e muito alta – todo o território continental em função do perigo de incêndio. No entanto, esta *Carta de Incêndio Rural* nunca saiu da gaveta, após contestação dos autarcas. A suspensão vigoraria até ao final deste ano, e, admitia o anterior Governo, prendia-se sobretudo com as "restrições a nível de edificação e de realização de atividades culturais, desportivas ou outros eventos".

A carta foi concebida pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), apoiado pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA). E, apesar de não estar em vigor, há um dado que salta à vista: as áreas a vermelho e laranja (ou seja, com maior risco) correspondem aos concelhos mais afetados pelos incêndios que lavraram nas zonas norte e centro desde o passado domingo.

Segundo dados provisórios a que o DN teve acesso, arderam, no total, 118 223 hectares no país. Destes, 57 208 (ou 48,4%) arderam em zonas classificadas com uma perigosidade estrutural "muito alta". Em zonas classificadas com perigosidade "alta", as chamas assolaram 29 170 hectares – o que corresponde a 25,1% do total de área ardida no país. Ou seja: 73,5% de todo o território que ardeu desde domingo está localizado em zonas de alta ou muito alta perigosidade de incêndio.

Por exemplo: a área que ardeu em Peso da Régua (Vila Real) estava, na totalidade, naquilo a que a *Carta de Perigosidade* classifica como "área prioritária de prevenção e segurança" (APPS). Mais abaixo, em Guimarães (Braga), 97,8% da área ardida encontrava-se em APPS. E em Lamego (Viseu), 97,3% da área ardida estava englobada por esta classificação.

Estas áreas prioritárias, sabe o DN, têm de ser incluídas nos programas sub-regionais até ao final do ano, com base na *Carta de Perigosidade* e só dizem respeito a áreas de classe alta e muito alta. Só a partir daí a classificação produz resultados.

Perante a contestação dos autarcas, que apontavam limitações à lei, sobretudo em relação à possibilidade de as Comissões Sub-regionais de Gestão Integrada de Fogos Rurais adaptarem as APPS à realidade de cada território, o Governo decidiu alterar o decreto original. Com isto, as Comissões Sub-regionais passaram a poder fazer essa adaptação. Passou a ser também possível priorizar as ações de proteção contra incêndios rurais. A Associação Nacional de Municípios Portugueses elaborou a metodologia e a Comissão Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais aprovou-a.

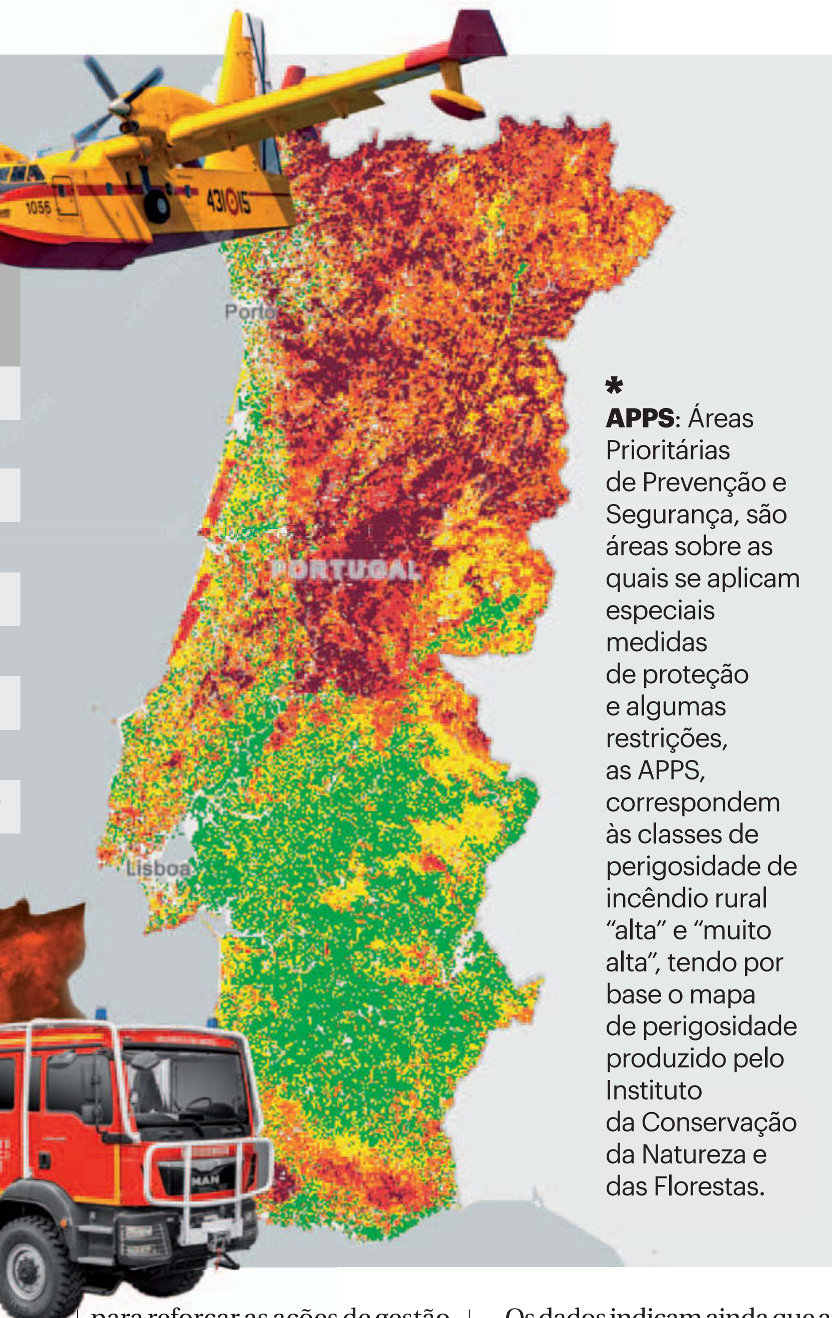
Mas, ainda assim, os autarcas continuam a contestar a carta. A 4 de junho deste ano, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria propôs que o documento seja suspenso por mais um ano (isto é, até final de 2025). Em alternativa, defendiam os municípios, devem ser aplicados os planos autárquicos de defesa contra incêndios. Em declarações no final de uma reunião na ANMP, o autarca da Marinha Grande atacava a *Carta de Perigosidade*. "Tenho algumas zonas industriais que não podem crescer e, se não puderem crescer, matam a Marinha Grande, que tem uma indústria muito tecnológica, com um nível de desenvolvimento muito grande", apontava então Aurélio Ferreira. Isto, disse, vai "matar" o desenvolvimento do concelho.

A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria já tinha ido mais longe e, no passado, pediu a revogação desta ferramenta, destinada a auxiliar no planeamento das medidas de prevenção e combate a incêndios, definindo, por exemplo, restrições às atividades nos espaços rurais.

Em 2022, foi também criada uma Comissão Sub-regional de Gestão de Fogos Rurais na região, cujos trabalhos foram suspensos por decisão maioritária e justificada com a "necessidade de clarificação dos meios financeiros

73,5%

Área ardida A maior parte dos hectares que foram afetados pelo fogo desde domingo estavam em zonas de risco de incêndio alto ou muito alto.



para reforçar as ações de gestão integrada da floresta na Região de Leiria e pela conformação da *Carta de Perigosidade* com os planos municipais e risco de incêndio rural". Como medida intermédia até à revogação da carta, os autarcas pediam "a prorrogação da vigência dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios até 31 de dezembro de 2025".

Florestas de eucalipto foram as que mais arderam

Segundo os dados a que o DN teve acesso, há ainda outro indicador que se destaca. Desde domingo até ontem, 29,47% da área ardida eram florestas de eucalipto. Do total de 118 223 hectares afetados pelas chamas, 34 841 eram deste tipo de árvore.

Os matos foram o segundo tipo de povoamento que mais ardeu: 23,49% (ou 27 771 hectares), seguindo-se as florestas de pinheiro bravo (20,01%, ou 23 660 hectares).

Os dados indicam ainda que as "zonas húmidas" foram as menos afetadas, com apenas 8 hectares a serem queimados.

Que limitações são aplicadas em zonas de alto risco?

São várias as limitações impostas às APPS. Entre restrições ao uso do fogo – como a realização de fogueiras para recreio ou lazer –, há ainda proibições impostas, por exemplo, à circulação nos espaços florestais.

Além de ser proibido fazer queimadas, é também proibida, entre outras, a utilização de maquinaria e equipamento que possa causar ignições, como motosserras ou rebarbadoras. Uma das ações feitas nos últimos dias pelas autoridades, numa freguesia de Valongo, foi, aliás, devido a esta proibição. Quatro funcionários da junta de freguesia foram constituídos arguidos, após terem utilizado uma roçadora com disco, que depois provocou um incêndio florestal.

"Interesses que sobrevoam" os incêndios? Ninguém confirma e afirmação divide Governo

POLÉMICA Primeiro-ministro promete mão pesada com incendiários. Mas a PJ e a GNR não corroboram a sua tese.

Luís Montenegro, primeiro-ministro, prometeu perseguir "sem perdão" os incendiários, indo atrás "dos responsáveis por estas atrocidades". E acrescentou ainda: "Não vamos largar estes criminosos. Há interesses que sobrevoam estas ocorrências e que nós tudo vamos fazer para identificar e levar às mãos da Justiça."

Mas que interesses são estes? O primeiro-ministro não explicou. E, entretanto, já foi desmentido por dois dos seus ministros. Primeiro, foi Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros, a não identificar interesses suspeitos e, depois, foi o ministro da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, a ir na mesma direção.

Segundo o *Expresso*, a própria Polícia Judiciária (PJ) e a GNR – que estão na equipa constituída pelo Governo para destrinçar os incêndios – também não corroboram a tese do primeiro-ministro. As mesmas fontes vão mais longe: "Não temos prova de haver incendiários que tenham cometido estes crimes por interesses económicos escondidos."

A oposição também deixou críticas. O secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, anunciou que os socialistas estão disponíveis para consensos para alterar a lei se o PSD quiser, mas pediu calma a apurar responsabilidades. Esse "não é o caminho certo para fazer". "A investigação criminal e os tribunais não são competência do Executivo", apontou.

O Chega voltou a pedir que os incendiários sejam "encarcerados" durante a época de incêndios. Após ouvir o primeiro-ministro, o deputado Pedro Frazão defendeu que tal punição deve ser o caminho a seguir.

À esquerda, o BE preferiu perguntar: "Por que é que são sempre as mesmas áreas a arder, por que é que Portugal é o país com mais área total de eucalipto na Europa?"

Já o PCP pediu "serenidade". "Não é pelo caráter mais violento ou mais ou menos contundente das palavras do primeiro-ministro que a situação se resolve", apontou António Filipe.

O Livre, pela voz de Rui Tavares, referiu que "não se apagam fogos a incendiar a opinião pública, e isso é o que algumas opiniões já têm feito".

Pelo lado do PAN, foi a deputada única e porta-voz, Inês de Sousa Real, a falar. Não se referindo diretamente às palavras do primeiro-ministro, afirmou que "parece algo negacionista não reconhecer que, para além do fogo posto, há um problema de ordenamento do território que tem de ser resolvido". **R.M.G.**



Luís Montenegro prometeu perseguir "sem perdão" incendiários.

"Há interesses que sobrevoam estas ocorrências e que nós tudo vamos fazer para identificar e levar às mãos da Justiça."

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

"[Afirmar que há interesses ocultos por trás dos fogos] não é o caminho certo para fazer. A investigação criminal não é competência do Executivo."

Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS

"Não é pelo caráter mais violento ou mais ou menos contundente das palavras do primeiro-ministro que a situação se resolve."

António Filipe
Deputado do PCP

"Não se apagam fogos a incendiar a opinião pública e isso é o que algumas opiniões já têm feito."

Rui Tavares
Deputado do Livre

Mariana Faria
"Sem tratamento, um incendiário sai da prisão e volta a ser um incendiário"

INVESTIMENTO Para a psicóloga experiente no trabalho com vítimas de incêndios e incendiários, trabalhar a saúde mental é importante para evitar os crimes. O perfil de quem ateia fogos intencionalmente em Portugal é de homens, com baixa escolaridade, perturbações comportamentais, desempregados ou dependentes dos pais.

ENTREVISTA **AMANDA LIMA**

Mariana Faria tem experiência em atender tanto incendiários como vítimas, e escreveu o livro *O que ficou para lá da N236*, sobre os incêndios de Pedrógão Grande de 2017, além de já ter atuado como técnica superior de psicologia na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).



DR

Qual o perfil do incendário em Portugal?
Os incendiários têm-se dividido em dois tipos, que são os incendiários do tipo urbano e os incendiários do tipo florestal. Têm motivações diferentes, mas uma grande parte do perfil de ambos tem características que são completamente transversais. O perfil dos incendiários é, sobretudo, do sexo masculino. Há uma prevalência enorme face ao sexo feminino. Normalmente estão na faixa etária entre os 32 anos e os 49. E têm fatores associados, como baixas habilitações literárias. Isso em relação aos incendiários florestais. Já os incendiários urbanos são pessoas mais estruturadas, com mais estudos, e é isso que os diferencia a esse nível. Depois, outro fator é a existência de antecedentes criminais. Ou seja, os incendiários que praticam esse tipo de crime já praticaram outros. Seja da mesma tipologia ou outro tipo de crime completamente diferente. Mas é um dos fatores para ambos os tipos [de incendiários]. Depois, normalmente na fase de vida em que cometem o crime, estão a passar por algum tipo de dificuldade económica – muitos estão em situação de desemprego. Outro ponto é o facto de reportarem que vêm de famílias disfuncionais e com historial de doença mental. Ou seja, os outros familiares também já sofrem algum tipo de doença. Uma coisa não implica a outra, mas há essa informação. E também o facto de relatarem que cresceram num ambiente em que ocorreu violência doméstica. Para além disso, e este aqui é um ponto-chave, e que parece que acontece com cada um deles, é o facto de serem dependentes. Os homens também normalmente são divorciados, ou solteiros, que vivem em casa dos pais, ou sozinhos, e não parecem, ou não mostram, ser autónomos.

E quais são as motivações para o crime, no caso dos florestais?
Às vezes eles não apresentam qualquer tipo de motivo aparente, pelo menos que saibam verbalizar, ou então muitos deles têm o prazer de ver o fogo, o prazer de ver aquela claridade, tudo aquilo que nós temos observado nos últimos dias. Aquilo causa-lhes prazer, tal como todos os outros tipos de perturbações de vício. Os incêndios, e o facto de provocarem todas aquelas consequências nos dias seguintes, causa-lhes prazer e ativa o sistema de recompensa a nível cerebral. E, normalmente, também não conhecem o dono [dos terrenos], ou seja, não há uma associação com um ato de vingança. Eles simplesmente ateiam fogo.

> *"A falta de investimento na saúde mental resulta naquilo que se vê. Os incendiários ficam retidos na prisão e passado este tempo voltam para a rua e voltam a ser incendiários."*
>
> *Mariana Faria*
> *Psicóloga forense*

Qual é a melhor forma de combater este tipo de crime?
Na minha opinião, que parte da minha experiência, as respostas que temos neste momento são punitivas, que podem controlar o comportamento no caso de prisão ou de tornozeleira eletrónica. A meu ver, é completamente inválido, porque estas pessoas têm, na sua maioria, um problema de saúde mental. E a falta de investimento na saúde mental resulta naquilo que se vê. Os incendiários ficam retidos na prisão e, passado esse tempo, voltam para a rua e voltam a ser incendiários, porque não rece- beram tratamento, não tiveram a devida intervenção psicológica, ou devido acompanhamento, o que resulta em absolutamente nada. É preciso que percebam que aquilo é errado. Apesar da revolta toda que isto gera nas pessoas, e que também me cria a mim, e do estigma todo que se gera em volta disto, eles precisam de ter tratamento e isso devia ser-lhes oferecido dentro do Sistema Judicial. Neste momento, na prática, isso não acontece.

E isso acontece porquê?
A resposta é sempre a mesma, a de que não há recursos para isso. Não há respostas aos serviços. E as pessoas vão-se contentando com aquilo que têm, vão trabalhando com aquilo que têm e não conseguem oferecer mais. Neste momento, acho que o sistema devia ser reformulado. Fazer uma reestruturação não só ao nível do apoio mental, mas também ao nível educacional e ao nível social, porque só assim é que conseguiríamos ter os resultados que desejamos.

amanda.lima@dn.pt

CRIMES

INCENDIÁRIOS DETIDOS PELA GNR NOS ÚLTIMOS DIAS
A Guarda Nacional Republicana (GNR) deteve sete pessoas pela prática do crime de incêndio florestar desde a última segunda-feira, quando os maiores focos de incêndio começaram. As detenções aconteceram em Leiria, Castelo Branco, Porto e Braga.

33 PRESOS PELA GUARDA DESDE O INÍCIO DO ANO
No total, desde o início de 2024, já aconteceram 33 detenções por este tipo de crime. A GNR disponibilizou alguns dos perfis destas pessoas:
– Um detido em Pombal, do sexo masculino de 75 anos, por crime de incêndio florestal;
– Um detido em Póvoa do Lanhoso, sexo masculino de 48 anos por crime de incêndio florestal;
– Um detido em Malpica do Tejo, sexo masculino, de 61 anos, por crime de incêndio florestal;
– Um detido em Pombal, sexo masculino, 36 anos, por crime de incêndio florestal;
– Um detido em S. Mamede, Leiria, sexo masculino, 38 anos, por crime de incêndio florestal dolo;
– Detidos em Campo, Valongo, dois cidadãos do sexo, masculinos, de 48 e 64 anos, por crime de incêndio florestal.

PRESOS PELA PJ
Já a Polícia Judiciária (PJ) deteve 12 pessoas desde o último sábado e 38 desde o início de 2024. No mesmo período do ano passado foram três detenções a menos. Os dados foram avançados pela Lusa.

NÚMERO SOS
Nos últimos dias, a Guarda tem reforçado o patrulhamento, as ações de vigilância e deteção de incêndios. O número 808 200 520, da Linha SOS Ambiente e Território pode ser utilizado para denúncia de infrações ou esclarecimento de dúvidas.

SAIBA MAIS

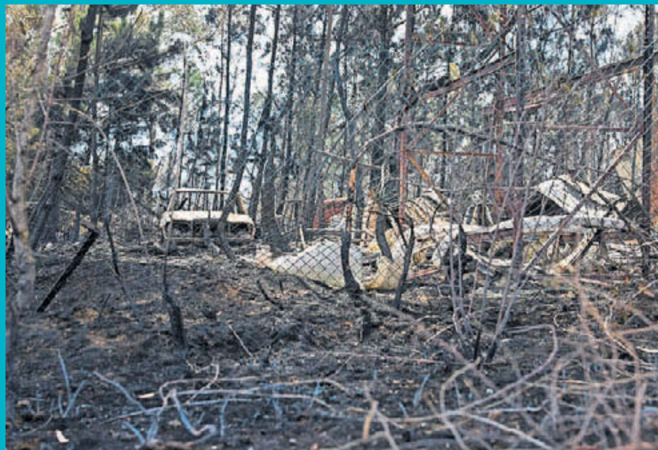
VOTO DE PESAR
O Parlamento aprovou, por unanimidade, um voto de pesar apresentado pelo presidente da Assembleia da República pelas vítimas dos incêndios dos últimos dias no norte e centro do país.

DANOS AMBIENTAIS DEVEM SER CONTABILIZADOS
No balanço dos incêndios, as autoridades devem contabilizar danos no edificado e infraestruturas, mas também prejuízos para o ambiente, alerta o consultor ambiental Carlos Costa.


JOSÉ COELHO / LUSA

"Muitas vezes o que se inventaria são danos nas infraestruturas ou nas estruturas dos edifícios, mas esquece-se depois os danos ambientais que foram produzidos na contaminação do solo, na contaminação das águas", afirmou à Lusa o especialista membro da Associação das Empresas Portuguesas do Setor do Ambiente (AEPSA)

CHUVA FOI BÊNÇÃO, MAS PODE SER PROBLEMA
A chuva que "foi uma bênção" nas últimas horas para ajudar a apagar os incêndios, "pode vir a ser também um grande problema", alertou ontem um investigador da Universidade do Minho, salientando que deviam existir "planos municipais de emergência pós-incêndios para as áreas ardidas". Em declarações à Lusa, António Bento Gonçalves explicou que uma das consequências do fogo é a erosão dos solos que origina a chamada "hidrofobia dos solos", que aliada a terrenos com declives e à chuva, "concentrada e abundante", pode causar "torrentes de lamas".


PAULO NOVAIS / LUSA

FALTA ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
A ausência de políticas públicas de ordenamento do território é a "maior vulnerabilidade" do país e os incêndios vão repetir-se se deputados e governantes adiarem a tomada de decisões, defende Duarte Caldeira, presidente do Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil. "O território tem sido o parente pobre dos sucessivos projetos de governação. Enquanto isto não for considerado como o problema dos problemas, vamos continuar a assistir ao que assistimos", disse.

Fogos já provocaram perda de 9000 colmeias em Portugal desde início do ano

APICULTURA Federação nacional aponta prejuízos da ordem dos 1,8 milhões de euros e reclama apoios.

A Federação Nacional de Apicultores de Portugal estima que os incêndios que lavraram no país desde o início do ano provocaram a perda de cerca de 9 000 colmeias, o equivalente a cerca de 1,8 milhões de euros de prejuízos.

O balanço dos prejuízos ainda não está totalmente finalizado, mas tudo aponta para que os incêndios tenham levado à perda de milhares de colmeias em Portugal, afirmou à Lusa o presidente da Federação Nacional de Apicultores de Portugal.

"Estamos a falar na ordem das 5000 colmeias com perda total", afirmou Manuel Gonçalves, acrescentando que cerca de 4000 colmeias foram afetadas porque as zonas de floração onde se inserem arderam.

"A produção de mel em Portugal é 90% proveniente de zonas de floração (matos) autóctones e espontâneas. Não há perda da colmeia, mas há perda da produção com necessidade de acompanhamento alimentar durante o próximo ano", esclareceu.

Manuel Gonçalves referiu também que alguns apicultores perderam "mais de 200 colmeias com melários em cima", o que poderá representar prejuízos, no mínimo, de 250 euros.

"Em termos globais, falamos de 9000 de perdas na ordem dos 1,8 milhões de euros de prejuízo", disse.

Só nos incêndios que lavraram em agosto no Distrito de Bragança, no Parque Natural do Montesinho, mas também nos concelhos de Vimioso e Miranda do Corvo, as perdas chegam às 1500 colmeias, exemplificou.

"As maiores perdas são de pessoas que vivem exclusivamente da apicultura", observou.

Apesar de em Portugal existirem 700 mil colmeias e as cerca de 9000 afetadas não terem um impacto muito significativo nesta atividade a nível nacional, Manuel Gonçalves destacou que a nível regional e local "o impacto é tremendo".

"Para a economia regional é um impacto muito grande. Há pessoas que perderam 50, 60 ou 70% da produção. Um apicultor que tinha 50 colmeias, e que estava agora na extração do mel, tinha como complemento cerca de 700 a 800 euros", indicou.

Numa atividade que depende quase exclusivamente da floresta portuguesa, os apicultores podem chegar a ficar "quase dois anos parados". "Não queremos mais do que ninguém, mas se algumas atividades forem ressarcidas, a nossa também tem de ser", acrescentou o presidente da Federação Nacional de Apicultores de Portugal.

DN/LUSA


FERNANDO FONTES

Alguns apicultores que perderam mais de 50% da produção.



Chega quer voltar a ouvir o antigo secretário de Estado da Saúde.

CARLOS M. ALMEIDA / LUSA

Respostas de Costa e de secretária comprometem Lacerda Sales

CPI DAS GÉMEAS Ex-secretário de Estado vai voltar a ser chamado pelo Chega para esclarecer contradições. "A verdade vence sempre", disse Carla Silva, que se considera um "bode expiatório".

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A audição da antiga secretária de Lacerda Sales na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) às gémeas luso-brasileiras tratadas com o medicamento Zolgensma, durante a qual Carla Silva disse ser "um bode expiatório" do ex-secretário de Estado da Saúde, que a responsabilizou pela marcação da consulta inicial das crianças no Serviço de Pediatria do Hospital de Santa Maria, levou o líder do Chega, André Ventura, a anunciar ontem que voltará a chamar Sales a responder aos deputados, pois o seu testemunho inicial foi "flagrantemente posto em causa".

Numa sexta-feira que arrancou com a divulgação das respostas de António Costa à CPI, nas quais o antigo primeiro-ministro, que respondeu por escrito às perguntas dos deputados, disse que "os membros do Governo são politicamente responsáveis pelos seus atos e omissões e, consoante a situação concreta, por atos e omissões de quem está sob a sua direção ou tutela", bem como que "um secretário de Estado não tem competência para marcar consultas", Lacerda Sales ficou na mira da maior parte dos deputados, e em particular do Chega. André Ventura disse que o ex-governante voltará a ser chamado, depois de na sua audição, a 17 de junho, já então arguido por suspeitas de prevaricação e abuso de poder, ter dito à CPI que se recusava a ser um bode expiatório, negando ter falado do caso com Marcelo Rebelo de Sousa, António Costa e Marta Temido.

As respostas escritas de Costa, que Ventura considerou insuficientes, ao ponto de o Chega requerer "mais esclarecimentos" do futuro presidente do Conselho Europeu – e que vá "fisicamente" à CPI – também estão na base do pedido de uma nova audição ao ex-secretário de Estado da Saúde, "se necessário potestativamente", o que sucederá se o pedido for reprovada pela maioria dos deputados da comissão. Mas realmente decisivas, como disse ao DN o líder partidário, foram as declarações de Carla Silva.

> *"Temos um secretário de Estado a negar qualquer intervenção [no tratamento das gémeas no Hospital de Santa Maria] e a levantar suspeições em relação a mim."*
>
> **Carla Silva**
> *Antiga secretária de Lacerda Sales*

Numa audição que terminou com a antiga secretária de Lacerda Sales a dizer que "a verdade vence sempre", Carla Silva repetiu várias vezes que, em todo o processo que levou ao tratamento das gémeas luso-brasileiras, realizado em 2020, no Hospital de Santa Maria, nunca fez "nada que o secretário de Estado não soubesse ou que não [lhe] tivesse pedido". E isto desde que Lacerda Sales teve uma reunião com o também arguido Nuno Rebelo de Sousa, filho do Presidente da República e responsável pela Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, que intercedeu pelos pais das duas luso-brasileiras com atrofia muscular espinal, doença neurodegenerativa que levou a que fossem submetidas a um tratamento que custou quatro milhões de euros ao Serviço Nacional de Saúde.

> *"Membros do Governo são politicamente responsáveis pelos seus atos e omissões e, consoante a situação concreta, por atos e omissões de quem está sob a sua direção ou tutela."*
>
> **António Costa**
> *Ex-primeiro-ministro*

Apesar de Lacerda Sales não ter sido colocado em conhecimento na mensagem de correio eletrónico que enviou à diretora de Pediatria do Hospital de Santa Maria, Ana Isabel Lopes, a pedir uma avaliação médica das gémeas, que já haviam sido diagnosticadas no Brasil, Carla Silva garantiu aos deputados que nunca fez nenhuma comunicação à revelia do então secretário de Estado ou do seu chefe de gabinete. E que recebeu indicações de Sales para contactar Santa Maria, que conhecia bem, por ter trabalhado, até ir para o Governo, justamente no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte.

Numa audição em que a exigência de não aparecer na emissão da ARTV – "tenho de proteger a minha imagem ao máximo", justificou – não evitou que estivesse visível por alguns segundos, o que motivou um pedido de desculpas do presidente da CPI, Rui Paulo Sousa, Carla Silva disse, em resposta à bloquista Joana Mortágua, que "temos um secretário de Estado a negar qualquer intervenção e a levantar suspeições em relação a mim". Quando lhe foi perguntado, pelo socialista João Paulo Correia, se estava zangada com Lacerda Sales, a antiga secretária limitou-se a dizer "não vou responder a isso", mas relatou que, "já depois de o

caso estar mediatizado", foi contactada pelo ex-governante. Este ter-lhe-á dito que precisava de lhe fazer uma pergunta, sugerindo que se encontrassem nos jardins da Assembleia da República, tendo ela respondido que poderiam falar junto ao Ministério da Saúde. Não obteve resposta e tal encontro nunca se concretizou.

Elogiada por vários deputados ao longo da audição, Carla Silva ouviu o social-democrata António Rodrigues destacar a "coerência" que demonstrou, acrescentando ter ponderado requerer a sua acareação com Lacerda Sales, mas que tal "seria inútil" quando está em causa um ex-governante que "atira, a torto e a direito, para cima dos outros as suas responsabilidades".

Costa à espera do MP e da CPI
Das 61 respostas escritas a outras tantas perguntas dos deputados integrantes da CPI, tendo o grupo parlamentar do PS sido o único a não fazer nenhuma, António Costa respondeu a 16 com um "não", a uma com um "sim" – admitiu ao Livre que conhece Nuno Rebelo de Sousa – e em 11 casos entendeu ter esclarecido as questões em respostas anteriores. Mas, além da admissão de que os membros do Governo são "politicamente responsáveis" por atos e omissões dos tutelados, o que implicaria Lacerda Sales, mesmo que a sua secretária tivesse agido por livre iniciativa, disse ter confiança de que "o inquérito aberto pelo Ministério Público e os trabalhos da CPI permitam apurar plenamente os factos". E guardou para então uma "resposta conclusiva" sobre se o Estado e o Serviço Nacional de Saúde foram lesados em quatro milhões de euros, na medida em que o seguro dos pais das crianças poderia custear o Zolgensma. E "se, e em que medida, algum membro do Governo teve, ou não, qualquer intervenção e ajuizar se essa eventual intervenção é, ou não, merecedora de censura política e/ou criminal".

Disse ainda que só tomou conhecimento do caso das gémeas ao ser noticiado pela TVI, tendo "naturalmente" procurado saber se tinha havido intervenção do seu gabinete ou de algum membro do Governo". E negando ter falado com Marcelo Rebelo de Sousa, Lacerda Sales e Marta Temido sobre o assunto, acrescentou "não ter motivo para duvidar" de que a então ministra da Saúde não teve conhecimento prévio.

BREVES

Lisboa aprova auditoria que oposição propôs

A oposição na Câmara de Lisboa descartou ontem a proposta dos partidos que apoiam Carlos Moedas para fazer uma auditoria externa ao contrato com a JCDecaux relativo à instalação e exploração publicitária. Em reunião do Executivo Municipal, a proposta do PSD e CDS-PP foi votada em alternativa à do BE, de auditoria independente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. A proposta teve apoio de toda a oposição e a do PSD e do CDS-PP só dos proponentes. Descartada a proposta da direita, a bloquista foi aprovada por unanimidade. Agregadas numa só foram propostas do PS e PCP para Carlos Moedas obter todos os pareceres relativos à aprovação de localizações e dimensão das estruturas de publicidade em Lisboa.

PCP, BE e Livre queixam-se de mais comissões

A criação de uma nova comissão eventual para acompanhar a execução e monitorização da Agenda Anticorrupção, que ficará em funções até ao final da legislatura, numa proposta de resolução do PSD, gerou ontem queixas do PCP, BE e Livre. "O PSD não ignora que existem grupos parlamentares com oito deputados, com cinco, dois grupos com quatro deputados e uma deputada única, o que significa que prefere que Comissões Parlamentares funcionem em regime tripartido, apenas com PSD, PS e Chega", criticou António Filipe (PCP), que foi secundado por Fabian Figueiredo (BE) e Isabel Mendes Lopes (Livre). Já existem 18 comissões, eventuais e permanentes, na presente legislatura.



Opinião
Viriato Soromenho-Marques

Junto às portas do inferno

O maior arsenal militar da Rússia, na região de Tver, a cerca de 500km da fronteira da Ucrânia, foi atacado na madrugada de dia 18. Kiev afirma terem sido *drones* a causa da destruição, mas a hipótese de mísseis de longo alcance e o local do seu lançamento continuam em aberto.

Recordemos a cronologia recente. Dia 13, em São Petersburgo, Putin fez uma declaração inequívoca dirigida aos EUA e à NATO. A permissão a Kiev de atacar alvos na Rússia com mísseis de cruzeiro britânicos *Storm Shadow* e *Scalp* franceses, com mísseis balísticos táticos norte-americanos *Atacms*, ou outros semelhantes, equivaleria a uma declaração de guerra. O uso destes mísseis implica o envolvimento de pessoal da NATO, em especial dos EUA, pois é ele que acede aos protocolos e dados de satélite que permitem não falhar o alvo.

Dia 14, a reunião em Washington entre o PM britânico e o presidente Biden foi inconclusiva quanto à autorização de uso daquelas armas por Kiev. Contudo, nesse mesmo dia, o almirante holandês Robert Bauer, chefe do Comité Militar da NATO e o chefe das FFAA checas manifestaram, despreocupadamente, o apoio a essa autorização de uso.

Dia 17 foi a vez do SG da NATO, Stoltenberg, ter afirmado ao jornal *The Times*, numa toada provocatória, que a declaração do presidente russo era um *bluff*: "Putin anunciou linhas vermelhas muitas vezes, mas nunca escalou."

O ataque de dia 18 pode significar que a NATO autorizou o uso dessas armas, sem o comunicar publicamente. Esse silêncio não se destina a enganar a Rússia, mas a manter os cidadãos da NATO no véu de ignorância programada em que nos encontramos há quase 3 anos.

No campo de batalha, as coisas correm mal para as forças de Zelensky, tanto no Donbass como na região russa de Kursk, ainda parcialmente ocupada por tropas de Kiev. O que está na ordem do dia é a existência de um estado de guerra, ainda que não declarado, entre a NATO e a Rússia. Há uma mudança abissal. O objetivo da guerra passa a ser o de infligir uma "derrota estratégica" à Rússia. O apoio militar defensivo à Ucrânia passou a ser claramente ofensivo. Colocámos as armas da NATO, manejadas e programadas pelos nossos especialistas, com a informação dos EUA, a mais detalhada do mundo, a destruir infraestruturas militares críticas da Rússia, esperando, como Stoltenberg faz crer, que a Rússia encolha os ombros…

Há muita gente brilhante temendo a possibilidade de a Humanidade ser destruída ou dominada pela IA (Inteligência Artificial). O que está a acontecer no Ocidente, com aventureiros a fingir de estadistas e militares incompetentes ao seu serviço, não vai nesse sentido.

> **"Espetaram uma baioneta no coração da dissuasão nuclear: o imperativo de escutar, compreender e negociar com o adversário."**

O nosso maior perigo existencial é a EN (estupidez natural). Essa mistura tóxica de ignorância arrogante, de agendas preenchidas escondendo indigência intelectual e alergia ao pensamento crítico, de carreirismo tenaz imbuído no conformismo de rebanho… é isso que domina na esclerose das organizações, como sucede hoje na NATO e UE.

Com imperdoável ligeireza, os líderes do Ocidente substituíram as lições da Guerra Fria, por um temerário aventureirismo. Espetaram uma baioneta no coração da dissuasão nuclear: o imperativo de escutar, compreender e negociar com o adversário para que ele não se transforme no inimigo que abraçaremos na destruição mútua assegurada.

A NATO está ufana da sua enorme superioridade em população (980 contra 144 milhões) e material de guerra convencional sobre a Rússia. Recalcou, todavia, o facto de que a Rússia nunca cairá sozinha. Num cenário de derrota convencional, ela teria capacidade, apenas com uma fração dos seus 1710 mísseis nucleares operacionais, para aniquilar não só os Exércitos, mas também os alicerces da civilização na UE e EUA.

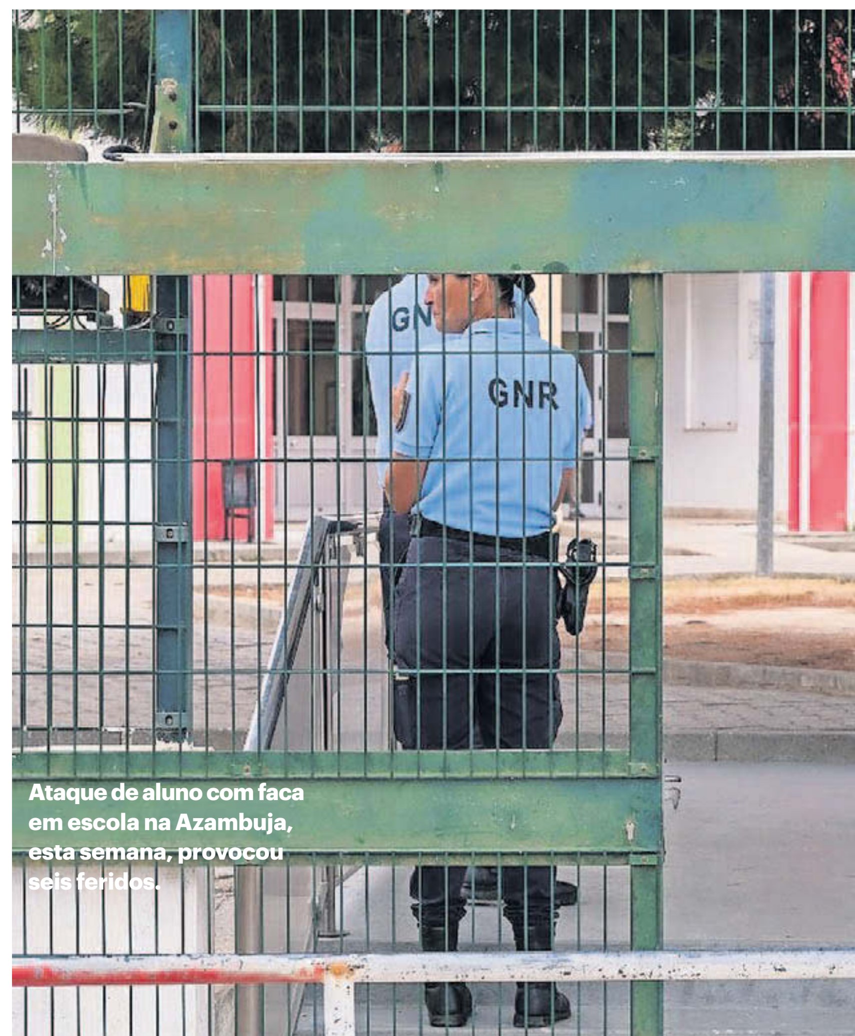
A maioria esmagadora dos cidadãos no Ocidente recusam o suicídio. Como é possível que os nossos Governos e Parlamentos deixem a questão da vida ou morte dos povos do Ocidente entregue a incendiários aprendizes de Dr. Strangelove, como Stoltenberg? As portas do inferno já estão abertas. Vamos em frente?

Professor universitário

"O que vais fazer com uma faca?" Crimes juvenis com arma branca estão a crescer

VIOLÊNCIA Os números aumentam em toda a Europa. Em vários países foram criadas equipas especializadas para intervenção em crimes juvenis com recurso a facas. Em Portugal, nos últimos anos, as armas brancas ganharam visibilidade entre os jovens, mas faltam dados estatísticos.

TEXTO **ALEXANDRA TAVARES-TELES**



Ataque de aluno com faca em escola na Azambuja, esta semana, provocou seis feridos.

Jovens e facas: um problema à escala internacional. Os números crescem, ao mesmo tempo que a idade dos agressores é cada vez mais baixa. Em Londres – dados de 2021 –, mais de dois terços das ocorrências com facas foram da autoria de crianças e jovens dos 10 aos 25 anos. Desses, metade eram menores de 18 anos e 8% tinham entre 10 e 14 anos. Números que levaram as autoridades a patrocinar uma campanha dirigida aos jovens que incluiu histórias de rapazes e raparigas sobreviventes. E a criar equipas especializadas para intervenção em crimes juvenis com facas.

Em França, a mesma urgência. Com o mote "Que vais fazer com uma faca?", brigadas de mediadores especializados na intervenção em conflitos entre jovens atuam em espaços públicos, sobretudo junto de escolas.

A Suíça, que em 2017 registava três tentativas de esfaqueamento por menores, viu os números evoluírem para 36, em 2020. Os homicídios – 32 em 2019 – aumentaram para 75, em 2020. E os furtos com esfaqueamento passaram de 287, em 2019, para 359 em 2020.

Em Bruxelas – dados de 2021 –, um em cada cinco jovens dizia trazer consigo uma faca/arma branca.

"Em Portugal há todo um trabalho que está a ser feito no âmbito do programa *Escola Segura*. Podemos dizer com segurança que, nos últimos anos, em homicídios e tentativas de homicídio entre jovens as facas ganharam outra visibilidade. Mas não há números e as informações quantitativas escasseiam, assim como outras de diferentes dimensões", diz a investigadora Maria João Leote de Carvalho, especialista em delinquência juvenil.

Porém, dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais citados no estudo da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, publicado em 2024 referentes a 2023, dizem-nos que, em situações de Acompanhamento Educativo ou de Internamento em Centro Educativo, sempre que "houve ameaça ou utilização de armas, a maioria foram armas brancas – navalhas, facas, e outros objetos" cortantes.

O perfil

Jovens e crianças do sexo masculino, especialmente urbanos, idade-chave de 14-15 anos, com experiências adversas na infância – de abuso ou negligência, a criminalidade paterna, passando pelo insucesso escolar. Eis o perfil-tipo do portador de faca entre jovens.

Maria João Leote de Carvalho, socióloga, investigadora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa contextualiza: "A faca reforça a autoafirmação. Trata-se de ganhar respeito, credibilidade e estatuto."

A popularização e a normalização da posse e uso das facas (maioritariamente domésticas) entre os jovens, ainda que possa ter por base preocupações de defesa pessoal provocadas pela mediatização do medo, sentimentos de insegurança ou falta de confiança na polícia, "rapidamente descamba em agressão", diz a socióloga. "Mas ainda que seja apenas usada como arma de defesa, andar com uma faca revela, desde logo, o elevado grau de aceitação da violência por parte de jovens". De facto, a arma branca obriga a uma proximidade física com a vítima, a força física, e a um contacto pacífico com sangue.

"A faca confere um certo estatuto entre os pares e é também uma questão cultural. Antigamente, os homens traziam um canivete no bolso."

A popularidade da faca encontra ainda justificação na radicalização juvenil. A socióloga lembra as imagens de decapitações, disseminadas pelo Estado Islâmico. "A faca ganha estatuto, revela poder, e não é por acaso que os grupos terroristas procuram jovens de idades cada vez mais baixas", diz Maria João Leote de Carvalho.

Gatilhos e inspirações

"Vivemos em contexto de guerra na Europa. A juventude está exposta permanentemente a violência, na Ucrânia ou em Gaza. É preciso combater essa banalização da violência", aconselha a investigadora.

Mas há mais razões: "Rapazes e raparigas são invadidos e inundados de informação. Estão em grupos de WhatsApp fechados. O uso de redes sociais por crianças e jovens cresceu em Portugal nos últimos anos, particularmente entre os mais novos, com idades abaixo do limite mínimo indicado para acesso a diferentes redes."

E aí há dados nacionais. "Comparativamente com outros países europeus, os jovens portugueses estão entre os que mais as usam — YouTube, WhatsApp e Instagram são as mais representadas –, e entre os que mais avaliam as suas competências digitais de modo positivo", defende a investigadora em artigo publicado em 2022.

"O estudo *EU Kids Online* revela que, em Portugal, o *smartphone* é o meio dominante usado por crianças/jovens (9–17 anos) para aceder à internet diariamente, prevalecendo o uso de redes sociais (75%), práticas comunicativas (75%) e de entretenimento, como ouvir música/ver vídeos (80%)", pode ler-se.

O uso da internet é iniciado mais cedo. As raparigas participam mais em redes sociais, que usam sobretudo para comunicar com amigos e familiares, ouvir música. Os rapazes procuram grupos de interesse/*hobbies*, aceder a notícias e videojogos. À medida que a idade avança, aumenta o uso de redes sociais.

"A principal motivação é o acesso ao grupo de pares, sendo diminuta a percentagem dos inquiridos sem autorização para usá-las" e "cerca de um quarto da população nesta pesquisa (23%) viveu, no ano anterior, situações na internet perturbadoras".

Bullying (24%) é das situações mais mencionadas, predominando o *cyberbullying* relativamente ao cara a cara. A exposição a pornografia (37%) e *sexting* (1 em cada 4 entre os 11–17 anos, 29% das raparigas e 44% dos rapazes) adquirem particular expressão. Perto de um terço dos rapazes (30%) e 7% das raparigas receberam mensagens sexuais por texto, imagens ou vídeos.

Relevantes são também os dados do *Health Behaviour in School-aged Children em Portugal HBSC/PT–2018* sobre o papel das redes sociais no quotidiano dos jovens inquiridos. "Tentar estar menos tempo, mas não conseguir (26%); sentir-se mal quando não pode utilizá-las (20,9%); não conseguir pensar noutra coisa que não voltar a usá-las (20%)".


LEONARDO NEGRÃO

Perto de metade indicou passar duas ou mais horas/dia a usar redes sociais.

O Anjo da Faca

No Reino Unido, o crescente aumento, sobretudo entre os jovens, do número de crimes praticados com armas brancas fez o *Programa Nacional Antiviolência da Juventude* levar a várias cidades, em *tournée*, uma escultura simbólica – o Anjo da Faca. A obra é de 2019 e resulta da iniciativa da Associação dos Ferreiros do Reino Unido.

Trata-se da imagem muito perturbante de um Anjo, construído com mais de 100 000 lâminas apreendidas, criação que pretende destacar os efeitos negativos do comportamento violento e celebrar, enquanto memorial, as vidas que foram perdidas por meio dessas ações violentas. "O nosso principal objetivo com a criação do Anjo da Faca é educar e aumentar a consciencialização nacional sobre antiviolência e a antiagressão. Não apenas conseguimos isso como, com a ajuda de comunidades, polícias, conselhos e do Ministério do Interior, fomos além do que sonhávamos ser possível", dizem os autores.

Mães da Azambuja: "Agora, deixem-nos em paz"

ESCOLA O apelo de uma mãe mediante a pressão mediática expressa os sentimentos "de uma comunidade" que se sente duplamente vítima da tragédia de terça-feira passada.

TEXTO **ALEXANDRA TAVARES-TELES**

O filho de A.S. não quis ajuda psicológica, mas deixou de conseguir dormir sozinho. Pede à mãe que apague a televisão, assiste à solicitação permanente do telemóvel da progenitora. "Desliga isso", pede. M. tem 10 anos, é aluno do 6º ano da Escola Básica 123 de Azambuja, conhece D., a criança de 12 que há três dias esfaqueou seis colegas entre os 11 e os 14 anos, deixando um deles – uma menina –, em estado grave.

"Estamos muito cansados", diz A.S. "Infelizmente, aconteceu o que aconteceu, mas temos de seguir em frente. Tenho falado com outras mães e o sentimento é o mesmo: agora, deixem os nossos filhos levantarem-se do chão."

A.S. tão pouco se define uma mãe "demasiado protetora". Foi uma das encarregadas de educação que optaram por não acompanhar o filho à escola no dia seguinte à tragédia. "Se ele precisar de um abraço, estou cá, vou estar cá sempre, tenha ele a idade que tiver, mas não posso pôr o meu filho numa redoma."

Talvez por isso mesmo, lança o apelo, em nome de outras mães: "Chega, deixem-nos em paz." Para que corra bem, "temos de entrar o mais depressa possível na normalidade."

Já basta, acrescenta, "estarmos numa comunidade pequena onde o boato, a maldade e a maledicência grassam rapidamente". Incluindo, naturalmente, boatos sobre a família de D. "Somos todas mães, a família do menino continua a viver aqui. Se é mau para as famílias das vítimas, também é muito penalizador para a família do agressor." E concluiu: "Façam os nossos filhos o que fizerem, são sempre os nossos meninos."

"Trata-se de uma situação muito pesada", diz Maria João Leote de Carvalho. Para a socióloga, investigadora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, a comunidade e as famílias estão a ter uma dupla vitimização. "É lamentável e acontece permanentemente – às famílias das vítimas diretas, à família do agressor, às famílias das outras crianças da comunidade."

No caso da Azambuja , a socióloga elogia a direção a escola – "fez muito bem em abrir as portas logo no dia seguinte" – e "as palavras "tranquilizadoras" do presidente da câmara, são "demonstrativas da importância que o poder autárquico pode ter nestes momentos".

De acordo com dados da autarquia, ao terceiro dia, o número de crianças que não compareceram às aulas baixou de 130 para 34, num universo de 450.

O que se sabe e uma pergunta

D. está num centro educativo, medida cautelar determinada pelo Tribunal de Família e Menores de Vila Franca de Xira, depois de ter sido sujeito a uma avaliação psicológica no Hospital Dona Estefânia, em Lisboa.

Continuando a pairar muitas dúvidas sobre o contexto que a levou a um ato extremo de violência, sabe-se que a criança usou um colete protetor e uma faca (que pertencerão ao pai, ex-segurança de uma empresa privada); que é fixado em jogos de computador; e que pesquisaria em "*sites* nazis" – resta saber em que *sites* e com que frequência, por exemplo. Mais: num equipamento a que só ele teria acesso?

Descrito por uma professora "como uma criança igual às outras", desconhece-se qual terá sido o gatilho que o levou a agredir os seis colegas. De acordo com o relato de um dos amigos, "à hora de almoço" D. terá tido uma discussão com a mãe. Descartada parece estar a possibilidade de estarmos perante uma vítima de *bullying*. "Tomando em conta o *bullying*, D. seria mais agressor do que vítima", apurou o DN junto de fonte do processo.

"De facto, falta esclarecer o que levou a criança a praticar a agressão. Terá sido alguma questão que transitou do ano anterior?" pergunta Maria João Leote de Carvalho. A socióloga, especialista na área da delinquência juvenil, lança uma nova pista: "Estranho ter sido pouco referido o incidente da véspera, ocorrido, curiosamente, no primeiro dia de aulas. O assalto à escola, visando computadores e câmaras de vigilância, será coincidência? É que muitas vezes estas crianças são pressionadas para cometerem atos de violência."

> "Trata-se de uma situação muito pesada" diz a socióloga Maria João Leote de Carvalho. A comunidade e as famílias estão a ter dupla vitimização. É lamentável e acontece permanentemente."

Medida mais gravosa excluída

Quando estão em causa factos qualificados como crime e praticados por menores entre os 12 e os 16 anos, a lei portuguesa prevê a abertura de um inquérito tutelar educativo. Tratando-se de uma criança com menos de 16 anos, apenas poderão aplicar-se as medidas tutelares educativas menos gravosas (excluído fica, portanto, o internamento em Centro Educativo em regime fechado).

Porém, ao regime semiaberto ou aberto não corresponde liberdade de movimentos. "Não significa que possam sair ou entrar quando quiserem", diz Maria João Leote de Carvalho. Os telemóveis são expressamente proibidos, por exemplo, e há também fortes restrições ao acesso à internet.

BREVES

Jovens violentos ficam em preventiva

Três jovens que integravam um "grupo juvenil de cariz violento" foram detidos e vão ficar em prisão preventiva por estarem "fortemente indiciados" pela prática de cinco tentativas de homicídio, em março, na Amadora, adiantou a Polícia Judiciária, acrescentando que os jovens têm idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos. "Os agressores fazem parte de um grupo juvenil de cariz violento que tem registado mais atividade nos últimos meses, não só em relação à prática de crimes graves contra a vida e/ou integridade física de terceiros, mas também contra o património de terceiros, sempre com recurso a ações violentas através do uso de armas de fogo".

FNE quer mais dinheiro para Educação

A Federação Nacional da Educação (FNE) quer que a proposta do Governo para o próximo Orçamento do Estado fixe, finalmente, em 6% do PIB o financiamento do setor e defende medidas de valorização dos professores. Olhando para trás, a FNE refere que "infelizmente, os últimos Orçamentos do Estado não corresponderam à necessidade de priorizar investimentos na área da Educação". Os resultados, diz a FNE, foram anos de desinvestimento, de falta de planificação das necessidades de recursos humanos e de perda de atratividade da profissão docente, culminando na falta de professores.



Opinião
Anselmo Borges

O Homem: questão para si mesmo 7. Sujeito irredutível

Já Freud falou das várias humilhações do Homem

A primeira foi a cosmológica. O Homem pensava ocupar o centro do universo. O Sol girava à volta da Terra. Copérnico, porém, veio mostrar que afinal é a Terra que gira à volta do Sol. E hoje sabemos que o Sol é apenas uma estrela de entre trezentas ou quatrocentas mil milhões da nossa galáxia e, como a nossa galáxia, há centenas de milhares de milhões...

A segunda humilhação foi a biológica e vem fundamentalmente de Darwin. O Homem não foi directamente criado por Deus como coroa e senhor da criação, pois apareceu por evolução, em que também jogam forças do acaso... De qualquer forma, mergulhamos as nossas raízes na animalidade.

Desde Karl Marx que sabemos mais explicitamente – e é a humilhação sociológica – que nenhum de nós fala a partir de um lugar neutro: nas nossas concepções de sociedade, de justiça, de religião, de direito..., somos condicionados pela sociedade e pelo lugar que nela ocupamos.

O próprio Freud contribuiu decisivamente para a humilhação psicológica: o poder da autoconsciência límpida e a arrogância do eu soberano foram abalados, já que há em nós as forças subterrâneas e nocturnas do inconsciente, que não controlamos: a razão não é plena e adequadamente transparente e não somos exactamente o que julgamos ser, pois há em nós também o que é e nos impulsiona sem nós: o "isso" em nós sem nós...

Mais recentemente, fomos confrontados com as humilhações estruturalista e informática. E, presentemente, está aí a revolução gigantesca da Inteligência Artificial, que leva alguns a perguntar se não iremos ser substituídos por máquinas...

Agora, quando se reflecte sobre o Homem, é pelo menos necessário perguntar, como escreveu Javier San Martín, até que ponto a subjectividade humana é um "s*ujeito-de*" para lá de um "*sujeito-a*"...

Claro que a subjectividade é ineliminável. Mas aquele sujeito cartesiano auto-constituído pela reflexão e de modo soberano ficou abalado. Tomámos consciência de que a alteridade nos constitui. Para virmos a nós mesmos e à nossa identidade, temos de passar pelo outro – e este outro é o outro humano (por princípio, o primeiro outro que encontrámos foi a mãe), o outro que é a linguagem e a cultura, o outro que é cada um de nós para si mesmo enquanto um outro: as nossas obras, as nossas possibilidades, a nossa escuridão, as nossas esperanças...

De qualquer modo, a Humanidade sempre teve consciência de si, sabendo que mergulhava em abismos, onde mora o recôndito, o tenebroso e o incontrolável. A alma humana também é habitada por complexos, medos, conflitos, paradoxos, antagonismos, ambivalências, angústias, que, no fundo mais fundo, têm a sua génese na consciência da mortalidade.

Afinal, não é totalmente verdade o que dizemos: "querer é poder" – de facto, nem sempre queremos o que podemos e nem sempre podemos o que queremos –, e há aquele "isso" em nós, impenetrável, que nos impede a transparência total de nós mesmos.

Quando faltavam categorias filosóficas, científicas ou psicológicas, exprimiu-se essa outra dimensão temerosa de nós sem nós, utilizando, por exemplo, o imaginário dos monstros, com demónios, com híbridos, com figuras de seres humanos zoomorfos e de animais antropomorfos... Mesmo o *Evangelho*, quando se está atento, é também combate do tenebroso, demoníaco e diabólico, e promessa de reconciliação e de luz.

De qualquer modo, continuará o enigma humano de um corpo que diz *eu*. E, quando cada um o diz, fá-lo de modo único e intransferível. Pela sua própria natureza, ao mesmo tempo que é abertura à totalidade, cada eu é irredutível, em polaridade com tudo quanto existe. Como se não cansava de repetir o filósofo Julián Marías, "o filho que diz *eu* é irredutível ao seu pai, à sua mãe, a Deus e a toda a realidade, seja ela qual for".



ESA HANDOUT / AFP

> "No meio de todas as humilhações, ao ser humano reflexivo impor-se-á sempre a subjectividade própria, pois a ciência objectiva só existe para e a partir do sujeito."

Assim, não é a mesma coisa perguntar: *O que é o Homem? e: Quem é o Homem?* De facto, o Homem não é um quê, uma coisa, pois é realidade essencialmente aberta, em processo de fazer-se, projectando-se a si próprio em permanência, de tal modo que se vive como paradoxo vivo de em-si-fora-de-si-para-lá-de-si e centro ex-cêntrico, u-tópico, em processo de transcendimento...

Porque nunca é dado, o Homem como pessoa não cabe na definição famosa de Boécio: "Substância ou coisa individual de natureza racional." O Homem é um quem, alguém. Evidentemente, vai-se fazendo, e, na medida em que se faz, faz-se algo, mas, precisamente porque é alguém, nega e transcende sempre todos os algos e quês, recusando e superando toda a coisificação. O Homem é sempre mais do que consegue objectivar de si.

No meio de todas as humilhações, ao ser humano reflexivo impor-se-á sempre a subjectividade própria, pois a ciência objectiva só existe para e a partir do sujeito. O sujeito humano – sublinhe-se –, por mais que objective de si, deparará sempre com o inobjectivável, já que a condição de possibilidade de objectivar é ele mesmo enquanto sujeito irredutível. O Homem enquanto sujeito transcenderá, portanto, continuamente a explicação das ciências objectivantes.

Deste modo, como escreveu o filósofo José Gómez Caffarena, mantendo "a nossa condição irrenunciável de sujeitos – não só de conhecimento, mas também de acção, de decisão, de valoração moral, estética... –, renascerá sempre para nós, nessa perspectiva, a pergunta pelo *sentido global da existência*".

Padre e professor de Filosofia.
Escreve de acordo com a antiga ortografia



Opinião
Mónica Quintela

O *Manifesto 50*: da vida das pessoas

A Maria morreu, alegadamente por negligência médica, num Hospital público, ao dar à luz a segunda filha.

A bebé sobreviveu. O António ficou viúvo com as duas filhas.

Procurou que se fizesse justiça e deu entrada com uma ação no Tribunal Administrativo.

Passaram 14 anos e o processo ainda nem tem audiência prévia marcada.

Por este andar vão passar outros tantos anos até que conheça a sentença definitiva sobre o trágico acontecimento que lhe revirou a vida.

O António ficou a saber que, afinal, o artigo 20.º, n.º 4 da CRP, que diz que "Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo", não tem qualquer correspondência com a realidade.

O Manuel andou emigrado a ganhar a vida, juntou dinheiro e conseguiu regressar a Portugal e concretizar o sonho de construir a sua casa.

Investiu ali tudo o que tinha.

Passado um tempo construíram uma ETAR mesmo à frente da casa.

Ficou sem vistas com aquele mamarracho à frente, o barulho persistente impede-o de descansar e o cheiro nauseabundo não permite abrir sequer as janelas quanto mais fazer uma refeição no jardim.

O Manuel desesperou, mas confiou na Justiça e resolveu intentar uma ação no Tribunal Administrativo para ser indemnizado pelos danos causados.

Decorridos 10 anos a marcação do julgamento afigura-se como uma miragem e a decisão final, uma autêntica utopia.

A Joana é médica, competente e esforçada, sentiu-se prejudicada quando foi preterida num concurso no âmbito da carreira hospitalar.

Informou-se dos seus direitos, fez contas ao que ia gastar e, acreditando nos tribunais, foi em busca da Justiça.

Passaram 11 anos e a ação da Joana jaz num Tribunal Administrativo.

Paz à sua alma.

O Frederico era sócio de uma empresa pujante e investiu ali toda a sua vida.

Os outros dois sócios, conluiados entre si, gizaram um plano para correr com o Frederico.

De um dia para o outro este viu-se destituído do conselho de administração e sem a quota.

Desesperado, teve de retirar os filhos do colégio e vender a casa.

Viu a Justiça como a luz ao fundo do túnel da escuridão que sobre ele e a sua família se tinha abatido.

Recorreu aos tribunais e tem uma ação a correr no Juízo do Comércio há mais de 9 anos e sem o julgamento feito.

A Luzia foi lesada e moveu uma ação em defesa dos seus legítimos interesses.

A secretaria do Juízo Central Cível demorou mais de um ano a tirar as fotocópias da ação para que os réus fossem citados.

A Luzia sabe que vai ter de esperar anos e anos até que consiga obter uma decisão do tribunal.

Tem a vida suspensa.

A Ana é vítima de violência doméstica.

Perdeu a conta às vezes que apresentou queixa do agressor e das que foi à Medicina Legal para que fizessem a perícia às lesões, comprovativas das bárbaras agressões perpetradas pelo marido.

Disseram à Ana que o crime de violência doméstica era de investigação prioritária e que entre o marido e a mulher a sociedade tem de meter a colher.

A Ana acreditou.

Mas o tempo passa e o que sabe é que tem a vida virada do avesso.

Teve de mudar de terra, esteve com os filhos numa casa-abrigo, o marido continua comodamente instalado em casa e o julgamento tarda.

O Xavier teve um acidente de viação e ficou com sequelas graves que o incapacitam para as atividades da vida diária e para o exercício da sua profissão.

Quis demandar a companhia seguradora, mas as custas judiciais eram incomportáveis para as suas possibilidades económicas.

O Xavier conhece o artigo 20.º da CRP que assegura a todos os cidadãos o acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva, consagrando que a Justiça não pode ser denegada por insuficiência de meios económicos.

Requereu que lhe fosse concedido apoio judiciário.

O Xavier vive, por favor, em casa de uns tios, mas têm economias separadas.

A Segurança Social contabilizou a soma global de todos os membros do agregado familiar e negou o apoio requerido.

Ao Xavier foi-lhe negado, pelo Estado, a possibilidade do recurso aos tribunais.

A Rita foi presidente de uma câmara municipal.

Às 7.00 horas da manhã de um qualquer dia foi surpreendida com uma busca domiciliária, entrando-lhe 15 pessoas em casa.

Durante a busca, rebentaram-lhe as caixas das persianas, partiram os tetos falsos e deixaram a casa em pantanas.

A Rita quis saber quando é que seria ressarcida dos estragos que lhe causaram.

Nunca, disseram-lhe.

A Rita tentou consultar o processo através do seu advogado, mas disseram-lhe que não era possível porque o inquérito estava em segredo de justiça.

Mas a Rita via as notícias do seu processo em alguma comunicação social! Como era possível?!

Então o inquérito não estava em segredo de justiça?

O artigo 20.º, n.º 3 da CRP não dispõe que: "A lei define e assegura a adequada proteção do segredo de justiça"?

A Constituição pode ser assim grosseiramente violada?!

Quando, por fim, a Rita teve acesso aos autos, constatou que tinha sido escutada durante muito tempo, que os prazos legais tinham sido violados e que, das escutas, não resultava nada que justificasse os meios intrusivos de que tinha sido alvo.

A Rita foi julgada e absolvida, mas, desta via sacra, só a absolvição não teve visibilidade mediática.

Os casos sumariamente relatados supra são meros exemplos do que se passa no Sistema de Justiça.

Aqui se decidem assuntos importantes da vida das pessoas, dos Direitos, Liberdades e Garantias.

É precisamente disso que se trata, da vida das pessoas.

E por isso considerei um imperativo categórico a subscrição do *Manifesto 50*, hoje com + 50 +50, número que continua a crescer.

A morosidade dos Tribunais Administrativos e Fiscais é inaceitável e consubstancia uma autêntica denegação de justiça.

Qualquer cidadão que tenha recorrido a esta jurisdição sabe que isto é verdade.

Aqui é normal a anormalidade de um processo poder durar mais de 20 anos.

A morosidade é, de resto, transversal a todo o Sistema de Justiça, causando grave prejuízo aos particulares e às empresas, sendo um dos principais custos de contexto e entropias no desenvolvimento da economia.

A Justiça é uma área de soberania e o alicerce e cimento do Estado de Direito Democrático.

Precisamente por isso, a todos tem de ser assegurado o acesso à Justiça, o que não se compadece com as exorbitantes custas judiciais em vigor e com as ineficiências do sistema de concessão de apoio judiciário.

A Justiça, para o ser, tem de ser realizada em tempo útil e em obediência ao respeito pelos Direitos Fundamentais.

Ao olhar para o universo que o Sistema de Justiça abarca é patente o desinvestimento a que tem sido votado.

A Justiça tem de ter os meios necessários para cumprir a sua função de soberania.

Veja-se o estado do Sistema Prisional e da reinserção social, só falado nos últimos tempos e pelas piores razões, a morosidade dos inquéritos criminais, com total desrespeito pelo cumprimento dos prazos, o deficiente funcionamento dos tribunais, afundados ainda em mais processos devido à greve, legítima, diga-se, dos funcionários judiciais.

Veja-se a ineficácia dos Juízos de Execução ou a demora na realização das perícias.

Veja-se o estado calamitoso dos Registos e Notariado, a lentidão do CITIUS e do SITAF e tudo o mais que não cabe no espaço deste artigo.

Não obstante algumas alterações legislativas, o Sistema de Justiça e a cultura e mentalidade vigentes, têm permanecido praticamente imutáveis no tempo.

Há um tempo para as coisas e este tem de ser o tempo da Justiça.

Impõe-se uma reforma que aproxime a Justiça dos cidadãos, que a torne mais eficiente, moderna e acessível.

E que cumpra a CRP.

Advogada. Subscritora do Manifesto dos 50 *pela Reforma da Justiça.*

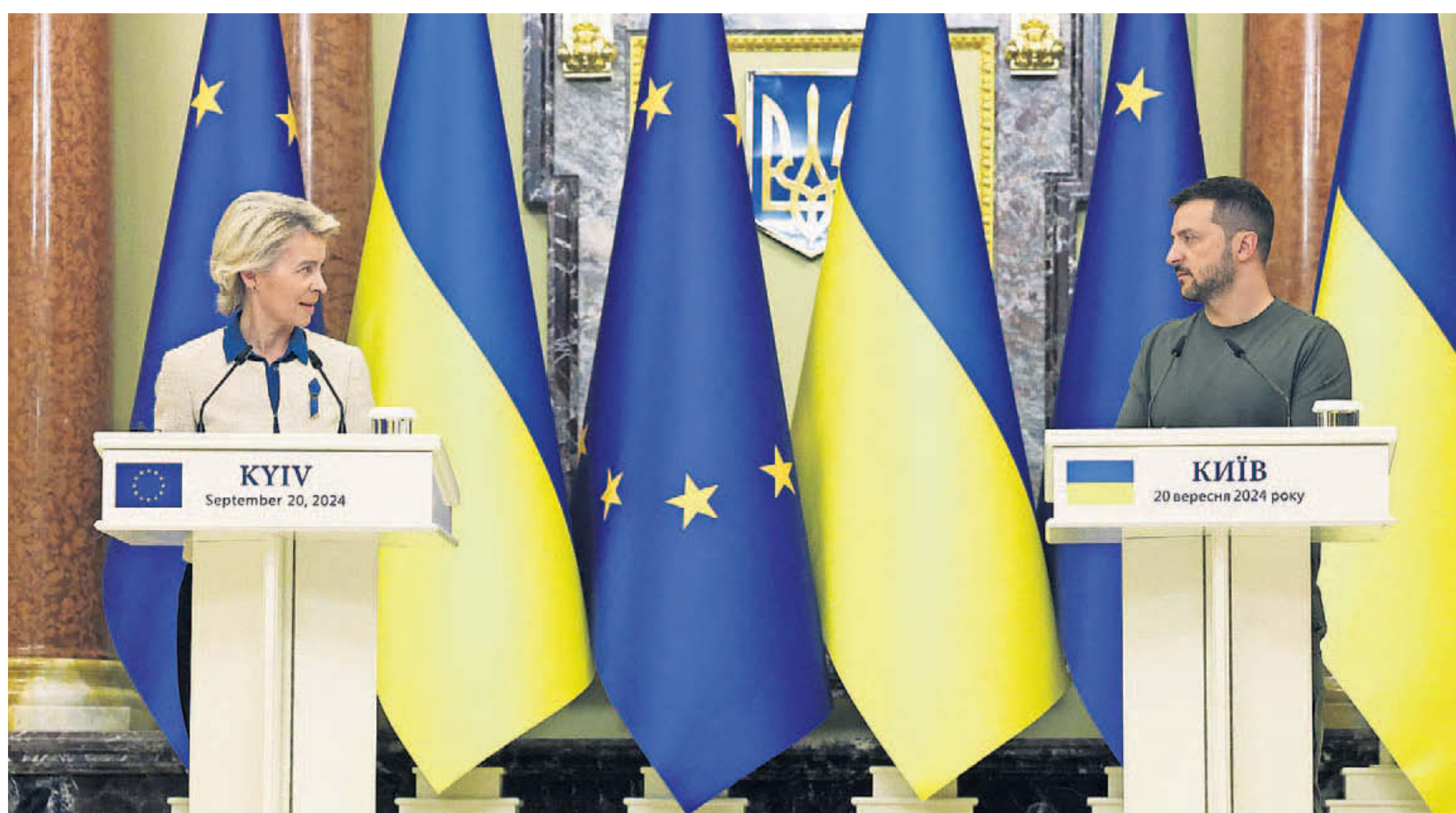
O plano energético da Europa para ajudar a Ucrânia a sobreviver ao próximo inverno

GUERRA Bruxelas pretende cobrir cerca de 25% das necessidades do país com a exportação de eletricidade e a reparação de infraestruturas. Vai também enviar painéis solares para 21 hospitais, oito dos quais deverão estar equipados em breve.

TEXTO **ANA MEIRELES**

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou ontem, em Kiev planos para Bruxelas emprestar à Ucrânia 35 mil milhões de euros óbtidos com receitas de ativos russos congelados e prometeu ajudar o país a "manter-se aquecido" antes do terceiro inverno de guerra com a Rússia. Um conflito que, segundo as contas da BBC e do *site* independente russo Mediazona publicadas ontem, já matou cerca de 70 mil soldados de Moscovo. O *Wall Street Journal* informou esta semana que foram mortos ou feridos um milhão de soldados dos dois lados em confronto.

A preocupação de Bruxelas com os meses mais frios na Ucrânia é partilhada pela Agência Internacional de Energia (AIE), que garantiu que Kiev enfrenta o seu "teste mais severo" até agora neste inverno, com a expectativa de que Moscovo lance outra campanha de bombardeamentos sobre as infraestruturas energéticas já danificadas do país. Nos dois invernos anteriores, milhares de ucranianos ficaram regularmente sem energia e aquecimento.



Volodymyr Zelensky recebeu ontem Ursula von der Leyen em Kiev.

Neste sentido, Von der Leyen e Fatih Birol, o diretor executivo da AIE, apresentaram na quinta-feira um relatório com dez medidas que precisam de ser tomadas para aumentar a segurança energética da Ucrânia e reduzir as suas vulnerabilidades. No documento é referido que, desde o início da guerra foi destruído na Ucrânia o equivalente à capacidade total energética dos três países do Báltico, o que se traduz numa lacuna significativa entre o fornecimento de eletricidade disponível e o pico de procura no próximo inverno.

Entre as medidas do plano estão o fortalecimento da segurança física e cibernética de infraestruturas energéticas críticas, investimento na eficiência energética, agilizar a entrega de equipamentos e peças de substituição, acelerar a descentralização do fornecimento de eletricidade e aumentar a capacidade de importação de gás da União Europeia. Ou como Ursula von der Leyen descreveu: reparar, conectar e estabilizar.

"Vejamos primeiro a reparação dos elementos: 80% das centrais térmicas da Ucrânia foram destruídas e um terço da sua capacidade hidroelétrica. Portanto, é aqui que concentraremos os nossos esforços de reparação, com o objetivo de restaurar 2,5 gigawatts de capacidade neste inverno. Isto representa aproximadamente 15% das necessidades da Ucrânia", explicou a líder da Comissão, adiantando que, "neste momento, há uma central térmica completa que está a ser desmantelada na Lituânia e enviada peça por peça para a Ucrânia, com o nosso apoio, e depois será reconstruída na Ucrânia".

Quanto à conexão, ou seja a exportação de eletricidade para a Ucrânia, o objetivo da UE é chegar aos 2GW, o que cobre cerca de 12% das necessidades do país no inverno. "Compensa, por exemplo, o equivalente à perda de produção de energia da Central de Zaporíjia", disse Von der Leyen.

Bruxelas também tenciona, como é sugerido pela AIE, investir na instalação de turbinas eólicas, painéis solares, bombas de calor e baterias no país a médio e longo prazo, de forma a melhorar a sua autonomia energética, aquilo que a líder comunitária apelida de estabilizar.

"Estamos, por exemplo, a enviar painéis solares para 21 hospitais no país, para garantir o fornecimento contínuo de energia. Oito deles deverão estar totalmente equipados neste inverno", adiantou a alemã.

Do lado dos países da União Europeia, os últimos dois invernos também trouxeram desafios energéticos devido à guerra na Ucrânia e à dependência que existia em relação ao gás russo. A semana passada, Bruxelas tornou público o mais recente Relatório sobre o Estado da União da Energia, com a comissária Kadri Simson a sublinhar que, "juntos, conseguimos pôr fim a décadas de dependência dos combustíveis fósseis russos".

Uma declaração que ainda não é totalmente verdadeira, pois, segundo a comissária, "costumávamos importar 150 mil milhões de metros cúbicos de gás da Rússia todos os anos, e agora são menos de 50. A nossa dependência da Rússia desceu de 45% em 2021 para 15% no ano passado".

"Continuamos totalmente empenhados em concluir a eliminação progressiva do gás russo, o que pode ser feito sem desafiar a segurança de aprovisionamento da Europa. Como primeiro passo, em conjunto com os Estados-membros, temos vindo a preparar-nos para o fim do acordo de trânsito de gás através da Ucrânia, o que já fizemos por vários meses. Começámos a preparar-nos há dois anos. A UE está pronta para viver sem este gás russo proveniente da rota de trânsito ucraniana", referiu ainda a comissária estónia, sublinhando que "enquanto olhamos para o próximo inverno, o armazenamento de gás na UE atingiu a meta de aprovisionamento de 90% a 19 de agosto, semanas antes do prazo legislativo de 1 de novembro. Os europeus também diminuíram o consumo de gás 18%, entre 2022 e 2024, o que é igualmente mais do que a meta estabelecida inicialmente".

ana.meireles@dn.pt


ABDALLAH ADEL / AFP

Os *houthis* são zaiditas, uma corrente do xiismo seguida por um terço da população iemenita.

Houthis no poder: 10 anos de guerra, provocações e pobreza acentuada

IÉMEN O movimento rebelde, que nasceu contra a influência religiosa saudita, tomou a capital há uma década, num trajeto cada vez mais repressivo para a população e desafiante para a região.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

"Morte à América, morte a Israel, malditos sejam os judeus e vitória do Islão!" é o mote dos *houthis*, milícia armada que há dez anos entrou pela capital do Iémen, Saná, e passou a controlar parte significativa do país mais pobre da região. Sem reconhecimento oficial de qualquer país, mas gozando de laços com o Irão, a liderança *houthi* tem mantido uma Guerra Civil contra vários atores e resistiu à campanha militar internacional liderada pela Arábia Saudita. Em resultado, a ONU chegou a classificar no Iémen como "a pior crise humana". Apesar de já não estar no auge da crise, estima-se que 17,6 milhões – cerca de metade da população – sofra de insegurança alimentar aguda.

O Iémen não era um país rico, nem pacífico, refira-se. Foi unificado em 1990 entre um sul regido por uma Junta Militar ao estilo nacionalista árabe e um norte comunista, tendo permanecido no poder Ali Abdullah Saleh (que já presidira à República Árabe do Iémen de 1978 a 1990) até 2012, quando, após meses de protestos contra a corrupção e pró-democracia, os ventos da *Primavera Árabe* o derrubaram. Deixou o poder ao seu vice-presidente, mas Saleh não se retirou da vida política, tendo urdido com os *houthis* o assalto ao poder, de 21 de setembro de 2014.

Os *houthis* devem o seu nome a Hussein Badreddin al-Houthi, um clérigo e deputado na década de 1990 do norte do Iémen. Filiado na corrente do zaidismo do Islão xiita, o movimento por si fundado, *Ansar Allah* ("Partidários de Deus"), nasce em reação à influência crescente da corrente fundamentalista importada da vizinha Arábia Saudita, o wahhabismo. Os zaiditas, concentrados no noroeste do país, constituem cerca de um terço da população iemenita. Al-Houthi liderou uma rebelião em 2004, tendo então sido morto pelas forças governamentais. Mas o movimento não perdeu força. Dez anos volvidos sobre o golpe que levou o movimento a tomar a capital – e que teria como capítulos seguintes o fim da aliança com Saleh, consequente assassínio, e o eclodir de guerras, que balanço?

O país "recuou 50 anos", lamentou à AFP Yahya, de 39 anos, que, como muitos, prefere não revelar o seu nome completo com medo de represálias. "Antes, pensávamos em como comprar um carro ou uma casa. Agora, pensamos em como nos alimentarmos", acrescentou Abu Jawad, de 45 anos.

Centenas de milhares de mortos nas guerras, negociações falhadas ou *em banho-maria*, indicadores económicos e de saúde dos mais baixos do mundo, um regime que se tornou cada vez mais totalitário e repressivo, ao ponto de os *houthis* terem sido qualificados como organização terrorista pelos EUA (primeiro pela Administração Trump, agora pelo Governo de Biden).

Interna e externamente o conflito não tem fim à vista, agravado pelas provocações dos *houthis* à comunidade internacional e a Israel, desde o início da guerra com o Hamas, num alinhamento cada vez maior com Teerão.

O Governo reconhecido internacionalmente, fugido de Saná, tem sede em Adém, a cidade portuária que outrora foi a capital do protetorado britânico. Outros atores a ter em consideração são o Conselho de Transição do Sul, um partido secessionista apoiado pelos Emirados Árabes Unidos, e que controla áreas do sul do país; as Forças Conjuntas da Costa Oeste, uma associação de três milícias também apoiadas pelos Emirados e que combatem os *houthis*; sem esquecer a Al-Qaeda na Península Arábica, organização terrorista que, nos últimos meses, foi acusada de colaborar com os *houthis*.

Em 2017, um painel de peritos das Nações Unidas fazia uma análise que se mantém atual: "O Iémen, enquanto Estado, deixou praticamente de existir. Em vez de um Estado único, existem estados em guerra, e nenhum dos lados tem o apoio político ou a força militar para reunificar o país ou alcançar a vitória no campo de batalha."

cesar.avo@dn.pt

34

Milhões A população é dos poucos dados em que se regista crescimento no Iémen. Dos 34 milhões de iemenitas, calcula-se que 20 milhões vivam nas áreas sob controlo dos *houthis*.

100

Navios No que dizem ser em solidariedade para com a Palestina, os *houthis* atacaram com *drones* e mísseis cerca de 100 navios alegadamente com ligações a Israel. Entre os casos mais graves, um cargueiro com fertilizantes e um navio mercante afundaram, e um petroleiro ardeu parcialmente.

Israel desfere novo golpe ao Hezbollah

O chefe da unidade de elite do Hezbollah, a força Al-Radwan, foi morto num ataque aos subúrbios do sul de Beirute. De acordo com o Ministério da Saúde libanês, a explosão causou pelo menos 12 mortos e 66 feridos. Israel confirmou a informação e acrescentou que "cerca de dez comandantes do movimento" também tinham morrido num "bombardeamento seletivo" que fez colapsar dois edifícios. Segundo o porta-voz dos militares israelitas, Ibrahim Aqil – procurado pelos EUA pelo atentado de 1983 às suas tropas em Beirute – e os outros comandantes planeavam invadir a Galileia e raptar israelitas como fez o Hamas em 7 de outubro passado.

O ministro da Defesa de Israel afirmou que os "inimigos" do país não encontrarão esconderijo na capital do Líbano, onde um ataque aéreo matou Ibrahim Aqil. "Os nossos inimigos não têm refúgio, nem mesmo no Dahieh, em Beirute", disse Yoav Gallant.

"Os nossos objetivos são claros e as nossas ações falam por si", disse por sua vez o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

O movimento xiita disse ter respondido com o lançamento de foguetes ao principal quartel-general dos serviços de informações de Israel no norte do país. Segundo Telavive, foram lançados 200 foguetes que não causaram vítimas.

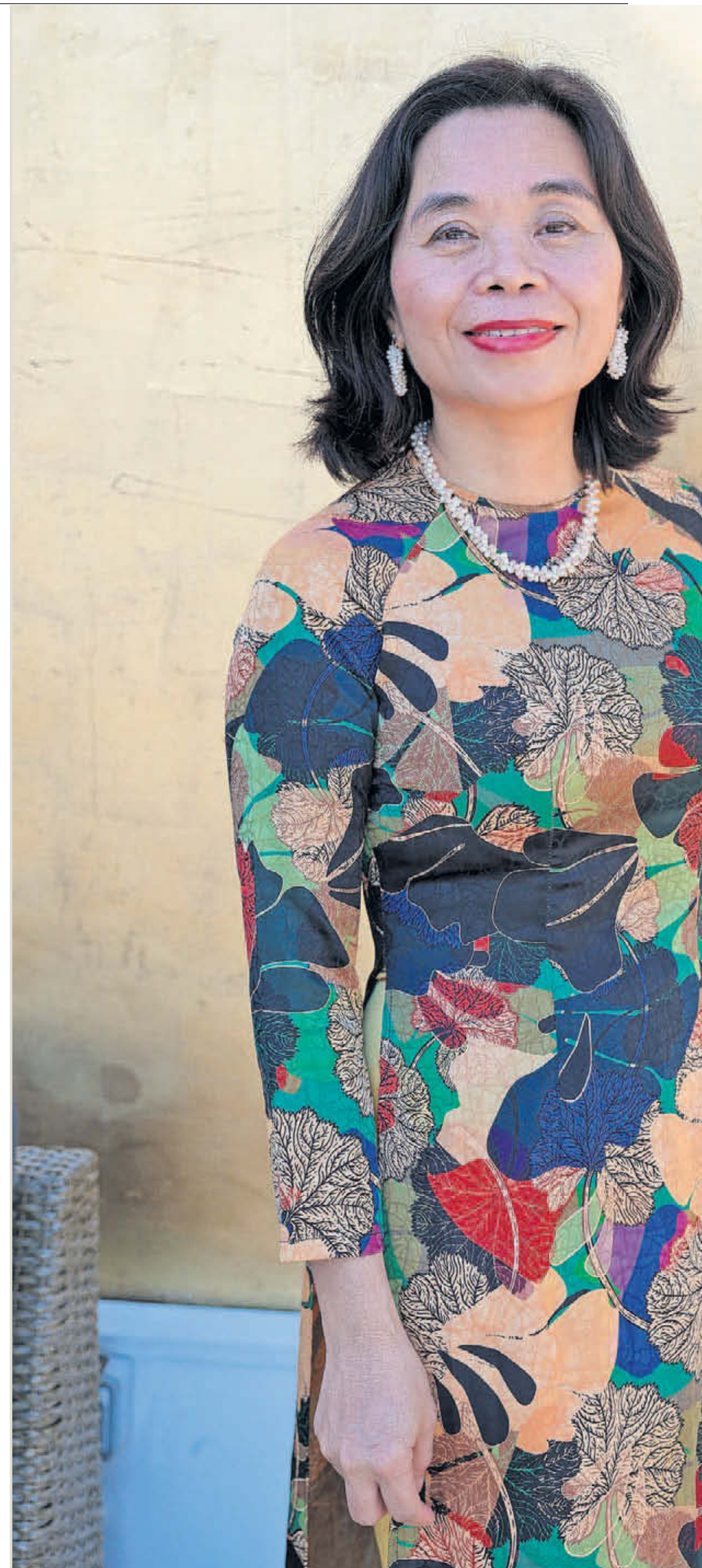
Este ataque vem no seguimento das explosões que atingiram os dispositivos eletrónicos de membros do Hezbollah, e que mataram pelo menos 37 pessoas e feriram três mil, levando o líder da organização a prometer retaliar.

C.A.

Nguyên Phan Quê Mai
“50 anos depois da guerra, ainda há bombas por explodir no Vietname”

HISTÓRIA Escritora vietnamita esteve em Portugal para a conferência *Book 2.0* e conversou com o DN sobre o livro *Quando as Montanhas Cantam* (Alma dos Livros), uma saga familiar ficcionada através da qual Nguyên Phan Quê Mai nos dá a conhecer o sofrimento de um povo.

ENTREVISTA **LEONÍDIO PAULO FERREIRA** FOTO **GERARDO SANTOS**



Qual é a parte das suas memórias pessoais neste livro? Mesmo sendo uma obra de ficção, conta muito a História do Vietname no século XX, e percebe-se que vive também, de certa forma, da sua experiência de vida.
Uma das minhas memórias mais antigas é de brincar dentro de um abrigo antibomba. O meu avô escavou esse abrigo no nosso jardim, sob os bambus, para se esconder das tropas francesas e, depois, para se esconder também das bombas americanas. Eu nasci em 1973, dois anos antes de a guerra acabar. E brincava lá porque o meu avô, depois de 1975, manteve o abrigo em caso de haver mais uma guerra. Eu adorava esconder-me, porque era um sítio secreto, e costumava tocar as raízes do bambu e imaginar como seria para a minha família se tivesse de se esconder novamente no abrigo, e ficava um pouco assustada. Mas ao mesmo tempo, enquanto crescia, também sentia que precisava de saber mais da nossa História. Recordo-me de tantas mulheres na minha aldeia que estavam à espera do regresso dos maridos, dos filhos, dos irmãos. Muitos deles não voltaram até hoje. Há centenas de milhares de vietnamitas desaparecidos, por causa da guerra, que acabou em 1975. Eu tenho amigos que ainda estão à procura dos pais.

A sua aldeia, tal como a da avó e da neta que são as personagens principais do livro, fica no antigo Vietname do Norte?
Sim, no norte do Vietname. Mas quando eu tinha 6 anos o meu pai decidiu mudar a família para o sul. No sul do Vietname o clima é melhor e a terra é mais fértil.

Estamos já a falar de uma época depois da reunificação.
Sim, em 1979. Mudámo-nos quatro anos depois da guerra. Eu era muito pequena, naquela época, mas lembro-me, quando ia no comboio para sul, de ver muitas crateras de bombas. Mais tarde, noutra viagem, escrevi num caderno que essas crateras pareciam pegadas de animais gigantes que tinham passado a correr, a fugir, por aquelas terras. Para mim, como criança, eu vi que havia tantas daquelas crateras, e que eram tão enormes. E também vi como o Rio Ben Hai cortava o nosso país em Norte e Sul. Quando cheguei ao sul do Vietname, na primeira noite, quando nos sentámos para comer, houve barulhos no nosso telhado. Pequenas explosões. Os do sul não gostavam de nós, vindos do norte. Achavam que estávamos a invadi-los. Tínhamos sido separados em dois países, mas já não era assim. E eu não compreendia porque éramos odiados pelos nossos vizinhos.

> *“Ainda hoje em dia, se alguém falar, sabemos se é do norte ou do sul. E essa guerra, que durou mais de 20 anos, foi terrível, foi um banho e sangue, matámo-nos uns aos outros.”*

Mesmo que a divisão tenha durado pouco mais de duas décadas, isso criou uma diferença entre o norte comunista e o sul apoiado pelos Estados Unidos?
Sim. Fomos divididos em 1954 e a unificação aconteceu em 1975. Acho que o propósito de todos esses imperialistas, de todos esses ocupantes, foi envergonhar o Vietname, dividindo-nos. E tínhamos algumas diferenças na forma de falar, um sotaque do norte, outro do centro e outro do sul, mas éramos, somos, um só povo. Ainda hoje em dia, se alguém falar, sabemos se é do norte ou do sul. E essa guerra, que durou mais de 20 anos, foi terrível, foi um banho e sangue, matámo-nos uns aos outros.

Nos filmes de Hollywood, passa-se a ideia de que foi uma guerra dos americanos contra os vietnamitas, mas também foi uma guerra entre os vietnamitas.
Exatamente. Essa foi a parte mais dolorosa. Porque, como conto no livro, eram muitas as famílias que tinham membros a lutar uns contra os outros. Alguns membros das famílias estavam com o Exército sul-vietnamita, outros estavam com as forças comunistas, com o Vietname do Norte.

É possível tentar identificá-la com a jovem Huong, mas, de qualquer forma, há duas personagens principais, a neta e a avó Dieu Lan. Por que escolheu estas personagens femininas?
Porque, normalmente, a História é contada através das vozes dos homens, e eu queria adicionar outra dimensão, a de um relato feminino. Queria destacar as relações nas famílias, e o trauma que é sofrido pelas famílias quando fi-

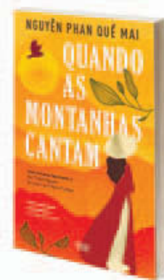
cam divididas por zonas de combate. E também queria mostrar o impacto da guerra na natureza, na nossa cultura, nas nossas relações familiares, na nossa sociedade. Mas, mais pessoalmente, eu posso dizer que queria escrever este livro desde quando era muito pequena, porque ambas as minhas avós morreram antes sequer que eu fosse nascida. Então, por isso, sempre tive inveja dos meus amigos com avós. E um dia disse a mim mesma que quando crescesse tentaria escrever um livro com uma avó. E assim, de certa forma, teria uma avó.

Dieu Lan é uma mulher forte. É uma lutadora, capaz de tudo para salvar e manter unida a família. Essa é o tipo de mulher que encontramos no Vietname?

Sim, são assim. Mesmo que a avó Dieu Lan seja ficcional, muitos vietnamitas escreveram-me a dizer que ela era igual à avó deles. Quando eu era criança, ia para a casa dos meus amigos para ouvir as histórias das suas avós. E também entrevistei muitas pessoas mais velhas para poder escrever este livro. Centenas de pessoas. Eu queria documentar a História vietnamita através dos pontos de vista dos mais velhos. Porque, hoje em dia, no Vietname, avançamos muito depressa. O Vietname está a desenvolver-se muito rapidamente. E as pessoas estão focadas em construir uma carreira ou em ganhar dinheiro. E estamos a deixar a geração mais velha para trás. Sinto que a geração mais jovem não fala com a mais velha. Escrevi este livro com o desejo de falarmos mais uns com os outros, de continuarmos com a tradição de contar histórias.

Mencionou que o Vietname está a desenvolver-se muito. É ainda um país oficialmente comunista, mas cada vez mais aberto ao mundo. O seu livro é sobre a independência, sobre a revolução, sobre a guerra e a reunificação. Depois de todo o sofrimento, de todas essas guerras, de todas essas dificuldades durante o século XX, olha para o Vietname como um país com um grande futuro?

Espero que tenhamos um futuro ótimo à nossa frente, no Vietname. Mas também enfrentamos muitas dificuldades, na medida em que estamos a desenvolver-nos tão rapidamente, que destruímos a nossa natureza. E as alterações climáticas estão a afetar muito o Vietname. Por exemplo, no Delta do Mekong, as inundações estão a levar a nossa terra. E também a água do mar, a água salgada, está a invadir a nossa terra. Então, a vida torna-se muito difícil para os agricultores. Também destruímos muitas florestas por causa do objetivo do desenvolvimento. Por isso, acho que a proteção ambiental é algo em que precisamos trabalhar, e fazer com que o nosso desenvolvimento seja sustentável e beneficie todos as camadas da sociedade. A riqueza no Vietname está a crescer, é verdade. Há hoje muitas pessoas ricas no Vietname, mas os pobres permanecem pobres. Sobretudo nas áreas rurais, é muito difícil encontrar emprego. O Vietname está a desenvolver-se, mas não de uma forma equilibrada. Há muitas histórias sobre vietnamitas que arriscam as suas vidas para ir para a Europa encontrar emprego. Alguns até morreram fechados em contentores. Isso é muito triste. Então, acho que estamos a fazer um ótimo progresso, e aprecio muito a paz que temos no momento e a oportunidade de que nos chegue uma montanha de investimentos estrangeiros, mas o desafio para nós é desenvolvermo-nos sustentavelmente, proteger o nosso ambiente, para garantir que o benefício do desenvolvimento chega a todas as pessoas.



QUANDO AS MONTANHAS CANTAM
Nguyên Phan Quê Mai
Alma dos Livros
360 páginas
19,45 euros

Algo que impressiona quando pensamos na História do Vietname é que lutaram contra os franceses e ganharam; lutaram contra os americanos e ganharam. Até lutaram contra os chineses e ganharam. Quão forte é a sensação patriótica no Vietname?

Muito forte, muito forte. Como escrevi no livro, durante a guerra, as pessoas eram tão patrióticas que os mais jovens se voluntariavam para ir à guerra, e chegavam a cortar-se nos braços e usar o sangue para escrever cartas ao Exército, a oferecer-se. Havia essa sensação de termos de salvar o nosso país. Tínhamos de lutar contra os invasores para salvar o país. A Guerra do Vietname é chamada por nós de Guerra de Resistência Contra os Americanos. Resistência para salvar a Nação. As pessoas eram muito patrióticas, e os comunistas eram muito bons a usar a poesia nas canções para motivar. Por isso há tantas canções patriotas.

O Governo vietnamita hoje é mais nacionalista do que comunista?

Sim, é muito nacionalista, sim.

Recordo-me da visita de Bill Clinton ao Vietname, em 2000, a primeira de um presidente americano depois da guerra.

Sim. Foi histórico, 25 anos depois da queda de Saigão. E Clinton tinha já normalizado as relações com o Vietname, em 1995.

E hoje, como é que os vietnamitas olham para os americanos?

Eu cresci no norte do Vietname. Então, lembro-me que os americanos eram os nossos inimigos, eram vistos como malignos. E quando cheguei ao sul, descobri que a coisa mais preciosa que tínhamos em casa era uma ventoinha americana. Nessa época, raramente tínhamos eletricidade, apenas algumas horas por semana. Mas sempre que tínhamos eletricidade ficávamos muito excitados, porque estava muito calor e essa ventoinha americana conseguia refrescar-nos. O meu pai contou-me histórias de como os produtos dos Estados Unidos eram superiores. Ainda antes de termos a ventoinha, ainda antes de termos o primeiro frigorífico, contou-me que os seus amigos lhe disseram que os produtos americanos eram realmente bons. Então, mesmo se naquela época existisse o embargo comercial americano, os produtos mais populares eram os americanos. Eram vendidos a preços muito altos no mercado negro. Os turistas estrangeiros são bem-vindos ao Vietname. Somos muito acolhedores. E os americanos que hoje nos visitam são bem acolhidos. Em 2010, eu servia de intérprete para os veteranos americanos que estavam a regressar ao Vietname para ver o país onde tinham combatido, e alguns deles perguntaram-me, a chorar muito, por que os acolhíamos tão bem? Eu disse que nós entendíamos o impacto da guerra neles também. Muitos americanos voltaram depois da guerra, muitos veteranos tentaram reconstruir escolas, doaram o seu tempo e medicamentos aos hospitais. Muitos escritores escreveram sobre o Vietname. Então, acho que nós aprendemos a valorizar a humanidade do lado americano. Eu, pessoalmente, não tenho nada contra os americanos, mas acho que o Governo americano tem de fazer mais para ajudar o Vietname, em termos de eliminar bombas não-explodidas da guerra. Ainda há tantas bombas, ainda estão escondidas na terra, no Vietname, e as pessoas continuam a morrer por causa disso.

Ainda há pessoas a morrer por causa de bombas lançadas nos Anos 1960 e 1970?

Sim. Mesmo 50 anos depois do fim da guerra, ainda há tantas bombas por explodir no Vietname. Porque os americanos largaram tantas bombas, que muitas ainda estão nas selvas ou em áreas que nós não podemos cultivar, porque é muito perigoso. Então, as pessoas ainda estão a morrer por causa dessas bombas. Recentemente, uma mulher estava a andar de bicicleta, a caminho do trabalho, e houve uma explosão no campo, porque alguns camponeses estavam a queimar uma árvore. Eles cortaram a árvore e queimaram-na e então deu-se uma explosão, ela morreu porque ia a passar. Tenho também escrito vários artigos sobre o impacto do Agente Laranja, no Vietname. Ainda há milhões de pessoas que vivem sob o impacto do Agente Laranja. Esse químico foi espalhado no Vietname durante a guerra, e agora está na água, está no solo, e ainda há zonas onde não se pode viver perto, porque a área está contaminada. Mas o impacto está em todo o lado, no Vietname, e enquanto eu crescia, havia peixes deformados, e nós não sabíamos, e comíamos esses peixes. Se pesquisar no Google por Agente Laranja e o meu nome, no *New York Times*, encontrará esses artigos. Porque acho que essa é uma área em que a América deveria fazer muito mais. E eu estou tão irritada por não exigirmos mais.

Há muitos livros e filmes sobre o impacto da guerra na América. Um livro como *Quando as Montanhas Cantam* tem o mérito de mostrar o trauma no Vietname?

No Vietname, o ponto de vista oficial é que nós ganhámos a guerra, e, portanto, não há trauma. A guerra é considerada muito heroica. Mas, na verdade, conheço veteranos que estão traumatizados até hoje. Tenho um amigo que lutou na guerra e, hoje, não pode dormir com a ventoinha no teto ligada, porque quando ele vê a ventoinha pensa em helicópteros tentando atingi-lo. Nos meus livros eu quero apresentar o Vietname além da guerra, como uma cultura, como uma nação antiga. Temos um país com mais de 4000 anos de História.



Opinião
Marco Serronha

Defesa europeia e Indústrias de Defesa – europeu *vs.* nacional: um sistema de sistemas frágil, mas melhorável

O choque da realidade, com a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, demonstrou a fragilidade dos Sistemas de Defesa europeus, seja na sua capacidade industrial produtiva, seja na existência de capacidades militares disponíveis, de momento para apoiar a Ucrânia, mas, no futuro próximo, para conseguir dissuadir a Rússia de continuar a progredir para Ocidente ou para ter de lhe fazer face militarmente.

A falta de capacidades militares suficientes para fazer face às necessidades atuais e futuras, é a expressão visível dum conceito e duma prática, de que os Estados Unidos virão, caso necessário, em defesa da Europa, pelo que não seria importante investir em equipamentos militares, nem na sua produção. Mas o problema é, como sabemos, bem mais grave do que isto, pois resulta dum *deficit* estrutural generalizado da capacidade industrial europeia, que não afeta só a Defesa.

A desindustrialização da Europa tem sido um processo contínuo, baseado num conceito que a Europa teria de ser um produtor de serviços, pois seria daí que advinha a riqueza europeia. Claro que essas dinâmicas também afetaram Portugal, que já tinha uma base industrial de partida fraca, embora tivesse, fruto da Guerra de África, uma capacidade de produzir meios militares vários, que desmantelou ao longo dos últimos 50 anos.

A instabilidade internacional, a que se alia alguma imprevisibilidade com o que será a posição da futura administração relativamente à NATO, mais uma ameaça da Rússia a curto prazo, fez tocar as campainhas de alerta do Estado de degradação e desarticulação da designada Defesa Europeia. E o passo mais urgente para se ter uma capacidade de Defesa Europeia é termos Forças Armadas (FAA) dos países europeus com capacidades necessárias e suficientes para fazer frente às ameaças e desafios que se colocam à Europa, mesmo sem a ajuda do "amigo americano", caso isso venha a acontecer.

Claro que, para a União Europeia (UE) ter uma Estratégia, é preciso mais do que ter uma capacidade de produção e sustentação dos aparelhos militares. Mas vamo centrar-nos hoje na capacidade da estratégia genética e da sua operacionalização através dos processos que conduzem ao reequipamento militar, centrado em indústrias militares europeias capazes de suprir as necessidades e de apoiar uma sustentação logística em operações militares, em caso de conflito ou guerra. Isto, claro, com o desejado grau de autonomia, ou seja, com uma percentagem elevada de produção em indústrias dos países da UE.

O recente *Relatório Draghi* sobre o "Futuro da Competitividade Europeia" radiografa e aponta pistas interessantes sobre a questão estratégica de aumentar a Segurança e reduzir as dependências, áreas onde a UE tem vulnerabilidades estratégicas comprometedoras da sua capacidade de Defesa, que ao tempo atual, impossibilitam uma autonomia estratégica. Cito numa tradução livre do relatório: "A Indústria de Defesa está demasiado fragmentada, o que prejudica a sua capacidade de produzir em escala, e sofre de falta de normalização e de interoperabilidade dos equipamentos, o que enfraquece a capacidade da Europa para agir como uma potência coesa. Por exemplo, 12 tipos diferentes de carros de combate são utilizados na Europa, enquanto os EUA produzem e operam apenas um." E este é só um dos múltiplos exemplos da dita fragmentação e falta de normalização.

Embora a UE gaste em Defesa, no global dos seus países, cerca de 160 biliões de euros por ano e os EUA 390 biliões, portanto mais do dobro, uma boa parte do dinheiro europeu é gasto em aquisições fora do espaço europeu, especialmente na indústria americana. Além disso, a percentagem dos gastos europeus relativamente aos EUA (pouco menos de 50%) não reflete a percentagem em termos de capacidades militares, em que as FAA dos países europeus "só" têm cerca de 10% das capacidades das FAA dos EUA. Falta nítida de eficácia e eficiência no fragmentado processo de capacitação europeu.

Claro que os EUA, sendo um competidor económico, é um aliado estratégico pelo que, num mundo de competição geopolítica e geoestratégica entre as democracias e as autocracias, as sinergias entre o sistema de capacitação industrial americano e europeu é fundamental para fazer face à competição estratégica com a China, a Rússia, a Coreia do Norte e o Irão, principais produtores de equipamentos militares tecnologicamente mais avançados. Mas o caminho para a autonomia estratégica europeia exige a implementação duma Política Europeia de Armamentos, que o *Relatório Draghi* centra em grandes áreas como a procura e suprimento integrados dos equipamentos de Defesa, a existência de um mercado de Defesa europeu e de uma cooperação integrada nas áreas da investigação e desenvolvimento (I&D).

> **"Embora a UE gaste em defesa, no global dos seus países, cerca de 160 biliões de euros por ano e os EUA 390 biliões, portanto mais do dobro, uma boa parte do dinheiro europeu é gasto em aquisições fora do espaço europeu, especialmente na indústria americana."**

O avanço nesta direção pelos países da UE é uma completa revolução nas mentalidades nacionais e europeias, sejam ao nível político sejam dos próprios cidadãos. A implementação de medidas adequadas exige investimentos em Defesa, e em capacitação industrial e de I&D, que exigirão processos de financiamento muito maiores do que até aqui se faziam. Mas também trazem economias de escala, que induzem eficácia, eficiência e competitividade no sistema.

E Portugal tem de se posicionar, de imediato, nos segmentos que trazem valor acrescentado ao sistema europeu, de que destaco os sistemas aéreos não-tripulados, os sistemas de informação, a robótica, e algumas capacidades industriais de ponta, casos da metalomecânica, da eletrónica e da aeronáutica, entre outras. E há que trazer a investigação, a academia e a indústria para os processos de integração das novas tecnologias de duplo uso para as capacidades militares.

E aqui, as Forças Armadas terão de liderar este processo integrativo para terem os melhores sistemas de combate do futuro. Sobre uma melhoria, necessária, no processo de planeamento e de construção de novas capacidades militares para os conflitos do futuro, falaremos em próxima ocasião. Até porque terão de ser uma oportunidade fundamental para a revitalização da Indústria de Defesa nacional.

Tenente-general

"Kökçü foi rentabilizado e até Aktürkoğlu ganhou com isso"

BENFICA João Alves considera que Bruno Lage já conseguiu a mudança anímica pós Roger Schmidt, arrumou a equipa e colocou os jogadores certos na posição certa. O ex-jogador das águias, contudo, lembra que só com treinos e ganhando rotinas haverá mais "qualidade de jogo".

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

A exibição do Benfica em Belgrado, quinta-feira, na vitória diante do Estrela Vermelha (2-1), na 1.ª jornada da Liga dos Campeões, foi algo sofrida "e ainda mostrou pouco do processo/método Bruno Lage", segundo João Alves, para quem é "notório" que é necessário dar tempo para o novo técnico proceder a mudanças substanciais ao nível do jogo.

Afinal é preciso ter em conta que o novo técnico benfiquista orientou apenas cinco treinos, fez dois jogos oficiais e conseguiu duas vitórias. Depois de conseguida "a mudança anímica" e de mostrar uma proximidade com a equipa, que Roger Schmidt não revelava publicamente, "falta ter treinos suficientes para dar processos à equipa".

Até agora, e como o próprio Lage disse na primeira conferência de imprensa após o regresso à Luz, onde em 2019-20 foi Campeão Nacional, a prioridade foi blindar o balneário ao ruído exterior – em alusão às críticas do ex-presidente Luís Filipe Vieira a Rui Costa, que hoje enfrenta uma Assembleia-Geral para revisão dos estatutos do clube.

E como disse Di María no fim do jogo com os sérvios, "agora as bolas entram" e isso tem feito a diferença.

Algo com que o antigo jogador do Benfica e da seleção concorda: "O mérito de Lage foi pegar na equipa da maneira certa, sem complicar. Percebe-se uma mentalidade diferente na forma dos jogadores olharem para o jogo. Além disso, Lage arrumou a equipa, colocou os jogadores certos na posição certa, onde eles jogam mais confortavelmente e rendem mais."

Isso surtiu efeito logo no primeiro jogo, diante do Santa Clara (4-1), que tirando um golo sofrido, fruto de um erro pessoal de Otamendi, resultou na melhor exibição da época, segundo João Alves, que percebe a resistência do novo técnico em recorrer à fórmula Roger Schmidt e colocar Aursnes a defesa-direito. Para o ex-jogador, o quarteto defensivo que alinhou diante do Estrela Vermelha – Bah, António Silva, Otamendi e Carreras – é o que deve jogar.

Porque, mais do que organizar defensivamente, na opinião de João Alves é preciso acertar com as peças do meio-campo: "Ele mudou o sistema tático e passou a jogar em 4x3x3, em vez de jogar com dois médios interiores, como Schmidt, e essa mudança solucionou alguns desequilíbrios no momento da perda da bola – nomeadamente do lado de Di María, que parece ter carta branca para brilhar e ser protegido para tal –, reforçando o meio-campo." "Mas penso que Bruno Lage já percebeu que ainda falta qualquer coisa" , acrescentou.

E o que falta? Renato Sanches? "Aí não me atrevo a dizer ao Lage o que fazer", respondeu o antigo internacional português, que alinha na opinião geral sobre a melhor utilização de "Kökçü, que foi rentabilizado, e até Aktürkoğlu ganhou com isso."

Em dois jogos, o extremo turco, contratado já depois da saída de Roger Schmidt, fez dois golos em dois jogos: "Aktürkoğlu é um jogador extraordinário que encaixou perfeitamente no esquema e ideologia simples deste Benfica de Bruno Lage e elevou, ou fez sobressair, como quiserem, o nível do compatriota [Kökçü] no meio campo. Mostrou que se pode sacrificar pela equipa, tendo acabado o jogo em Belgrado quase a lateral, com grande voluntarismo."

O desafio agora é "dar qualidade de jogo", como o próprio técnico prometeu no dia da apresentação. E isso só se faz com treino e ganhando rotinas e jogos. O próximo é com o Boavista, no Bessa, segunda-feira, a contar para a 6.ª jornada da I Liga.

isaura.almeida@dn.pt


GERARDO SANTOS

Bruno Lage a dar indicações a Kökçü, que ganhou importância.

Clube com mais de 21M€ de prejuízo

O Benfica divulgou ontem o *Relatório e Contas* do clube aos sócios e os resultados são globalmente negativos. Na temporada passada, o clube averbou um resultado líquido negativo de 21,122 milhões de euros, o que corresponde a um agravamento das contas em 1029%, tendo em conta que na época anterior tinha apresentado um resultado líquido positivo de 2,272 milhões de euros. Os valores negativos apresentados são justificados pela "incorporação de 19,5 milhões de euros negativos", segundo se pode ler no *Relatório e Parecer* do Conselho Fiscal do clube, anexado ao *Relatório*. Uma situação que promete dar que falar na Assembleia-Geral para aprovação de contas que está marcada para o dia 27 deste mês.

BREVES

FC Porto testa "melhor Vitória do milénio"

O treinador do FC Porto, Vítor Bruno, espera muitas dificuldades na visita de hoje (18.00, Sport TV1) ao campo do Vitória de Guimarães, na 6.ª jornada da I Liga. "O Vitória tem o melhor arranque do milénio. Teremos de ser muito disciplinados, organizados, ambiciosos, competitivos, com muita alegria nas pernas, correr muito, trabalhar muito e sermos fieis àquilo que é nosso. É um adversário difícil, mas vamos fazer de tudo para ganhar", afirmou o treinador do FC Porto, que pretende rodar a equipa: "Todos vão ser importantes, não é paleio para a praia, como costumamos dizer. É com verdade. Repito que todos vão ser importantes no ataque aos jogos que aí vêm, com planos diferentes."

Hóquei em patins. Portugal nas meias do Mundial

Portugal garantiu ontem lugar nas meias-finais do Mundial masculino de Hóquei em Patins que decorre em Novara, Itália, ao derrotar a França por 4-2. Gonçalo Pinto, Rafa, João Rodrigues e Hélder Nunes fizeram os golos, enquanto Carlo di Benedetto bisou pelos gauleses. Esta tarde (17.30, RTP1), a seleção vai disputar um lugar na final com a Espanha, Campeã Europeia em título, que ontem derrotou a Suíça por 7-0. "Estava muito tranquilo e senti que os astros estavam alinhados. Valorizo a forma como a equipa se comportou e estamos satisfeitos com o resultado e, acima de tudo, muito confiantes para disputar as meias-finais", analisou o selecionador nacional Paulo Freitas.





AVISO N.º 31/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013 de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de diagnóstico da infeção por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, nas Populações Migrantes, Trabalhadores do Sexo e seus clientes, Homens que têm Sexo com Homens, População sem-abrigo e Utilizadores de Drogas Intravenosas, no concelho de Amadora.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas ambiciosas para orientar e acelerar a resposta à epidemia VIH: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

O concelho da Amadora situa-se na Área Metropolitana de Lisboa, região com maior proporção de novos casos (39,1%) e também a que registou a taxa mais elevada de novos diagnósticos (10,8 casos/105 habitantes), em 2022. No quinquénio 2018 a 2022, Amadora foi um dos concelhos que apresentaram as taxas médias mais elevadas de novos diagnósticos (26,9 casos/.10^5 habitantes, superior ao dobro da taxa nacional. (RR=2,7).

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1000 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, in loco e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.o do Decreto--Lei n.o 145/2009 de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€50.000,00 (cinquenta mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o "**MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (Presidente)

Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Membros suplentes:

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Rui Tato Marinho – Diretor do Programa Nacional para as Hepatites Virais



DGS desde 1899 Direção-Geral da Saúde

AVISO N.º 32/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção--Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de diagnóstico da infeção por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, nas Populações Migrantes, Trabalhadores do Sexo e seus clientes, Homens que têm Sexo com Homens, População sem-abrigo e Utilizadores de Drogas Intravenosas, no concelho de Sintra.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas ambiciosas para orientar e acelerar a resposta à epidemia VIH: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

O concelho de Sintra situa-se na Área Metropolitana de Lisboa, região com maior proporção de novos casos (39,1%) e também a que registou a taxa mais elevada de novos diagnósticos (10,8 casos/105 habitantes), em 2022. No quinquénio 2018 a 2022, Sintra foi um dos concelhos que apresentaram as taxas médias mais elevadas de novos diagnósticos (21,4 casos/.10^5 habitantes, superior ao dobro da taxa nacional. (RR=2,2).

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1000 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto--Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€50.000,00 (cinquenta mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o "**MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Cristina Bastos – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (Presidente)

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

Membros suplentes:

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção VIH e Programa Nacional para as Hepatites Virais

Rui Tato Marinho – Diretor do Programa Nacional para as Hepatites Virais





AVISO N.º 33/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, em diferentes contextos de intervenção, privilegiando a aproximação a populações mais vulneráveis à infeção designadamente, Homens que têm Sexo com Homens, Trabalhadores do Sexo, Pessoas em Situação de Sem Abrigo, Utilizadores de Drogas e Populações Migrantes e garantir o acesso a programas de redução de riscos e minimização de danos e de prevenção da infeção pelo VIH no grupo de Utilizadores de Drogas Intravenosas, no Distrito do Porto.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas ambiciosas para orientar e acelerar a resposta à epidemia VIH: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

A região Norte é a segunda região com o maior número de casos acumulados, com 25,0% do total de casos.

Entre 1983 e 2022, o distrito do Porto apresentou 18,8% do total dos casos de infeção, com uma taxa de novos casos de 7,5 casos por 10^5 habitantes.

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1000 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS",** disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€65.000,00 (sessenta e cinco mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o "**MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais (Presidente)

Carla Caldeira – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

Maria José Santos – Ponto Focal para o VIH e IST da Região Norte

Membros suplentes:

Ana Cristina Bastos – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro





AVISO N.º 34/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de diagnóstico da infeção por VIH, VHB, VHC e de outras IST e a adequada referenciação, nas Populações Migrantes, Trabalhadores do Sexo e seus clientes, Homens que têm Sexo com Homens, População sem-abrigo e Utilizadores de Drogas Intravenosas, nos Concelhos de Cascais e Oeiras.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas ambiciosas para orientar e acelerar a resposta à epidemia VIH: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

Os concelhos de Cascais e Oeiras situam-se na Área Metropolitana de Lisboa, região com maior proporção de novos casos (39,1%) e também a que registou a taxa mais elevada de novos diagnósticos (10,8 casos/10^5 habitantes) em 2022. No quinquénio 2018 a 2022, Cascais foi um dos concelhos que apresentaram as taxas médias mais elevadas de novos diagnósticos (17,7 casos/105 habitantes, superior à taxa nacional. (RR=1,8).

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que morram em todo o Mundo cerca de 1,34 milhões de pessoas por hepatites virais e pelas suas consequências crónicas, designadamente cirrose e carcinoma hepatocelular (887.000 por hepatite B e 399.000 por hepatite C).

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1900 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€80.000,00 (oitenta mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o "**MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (Presidente)
João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro
Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Membros suplentes:

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por e do Programa Nacional para as Hepatites Virais
Rui Tato Marinho – Diretor do Programa Nacional para as Hepatites Virais





AVISO N.º 35/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e de outras IST e a adequada referenciação, nos grupos dos Homens que têm Sexo com Homens, Trabalhadores do Sexo e seus clientes, Utilizadores de Drogas Intravenosas e população sem-abrigo, e garantir o acesso a materiais de prevenção, no distrito de Coimbra.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas ambiciosas para orientar e acelerar a resposta à epidemia VIH: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%). A região Centro apresentou, em 2022, 69,0% dos diagnósticos tardios.

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1000 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.6 – locação de espaços
2.7 – assistência/manutenção de instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o "**MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais (Presidente)
Sara Dias – Ponto Focal para o VIH, IST e Hepatites Virais da Região do Centro
Carla Caldeira– Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Membros suplentes:

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais
Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro



AVISO N.º 36/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virai

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, nos grupos dos Migrantes, Homens que têm Sexo com Homens, Trabalhadores do Sexo e seus clientes, Utilizadores de Drogas e População sem-abrigo, na Península de Setúbal (concelhos de Setúbal, Alcochete, Moita, Barreiro, Montijo, Palmela e Sesimbra).

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas mais ambiciosas: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

Em 2022, a taxa de novos casos de infeção observada no distrito de Setúbal foi 9,0 casos/10^5 habitantes, situando-se como o terceiro distrito com as taxas mais elevadas.

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 2100 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€100.000,00 (cem mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.7 – assistência/manutenção de instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o "**MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e SIDA e do Programa Nacional para as Hepatites Virais (Presidente)
João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro
Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

Membros suplentes:

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e SIDA e do Programa Nacional para as Hepatites Virais
Rui Tato Marinho – Diretor do Programa Nacional para as Hepatites Virais





AVISO N.º 37/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, nos grupos de Homens que têm Sexo com Homens, Trabalhadores do Sexo e seus clientes, População sem-abrigo, Utilizadores de Drogas Intravenosas e Populações Migrantes, na região Grande Lisboa (concelhos Lisboa, Loures e Odivelas).

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas mais ambiciosas: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

Os concelhos de Lisboa, Loures e Odivelas situam-se na Área Metropolitana de Lisboa, região com maior proporção de novos casos (39,1%) e também a que registou a taxa mais elevada de novos diagnósticos (10,8 casos/105 habitantes), em 2022. No quinquénio 2018 a 2022, Lisboa, Odivelas e Loures foram três dos concelhos que apresentaram as taxas médias mais elevadas de novos diagnósticos (Lisboa: 23,3 casos/.10^5 habitantes; Odivelas: 17,4 casos/10^5 habitantes; Loures: 13,6 casos/10^5 habitantes), superiores à taxa nacional (9,8 casos/10^5 habitantes).

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1900 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€90.000,00 (noventa mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.7 – assistência/manutenção de instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o **"MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (Presidente)

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por VIH e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Membros suplentes:

João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro
Rui Tato Marinho – Diretor do Programa Nacional para as Hepatites Virais





AVISO N.º 38/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virai

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, nos grupos dos Migrantes, Homens que têm Sexo com Homens, Trabalhadores do Sexo e seus clientes e Utilizadores de Drogas, no Distrito de Braga.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas mais ambiciosas: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

A região Norte é a segunda região com o maior número de casos acumulados, com 25,0% do total de casos. Braga é o sexto distrito do país com a maior taxa de incidência de novos casos de infeção por VIH diagnosticados, apresentando no total dos casos acumulados uma taxa de 3,0 novos casos por 10^5 habitantes.

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1000 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€50.000,00 (cinquenta mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.6 – locação de espaços
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o **"MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais (Presidente)

Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

Maria José Santos – Administração Regional de Saúde do Norte

Membros suplentes:

João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais





AVISO N.º 39/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, no grupo de Trabalhadores do Sexo e seus clientes e nas mulheres Transsexuais, no distrito do Porto.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas mais ambiciosas: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

A região Norte é a segunda região com o maior número de casos acumulados, com 25,0% do total de casos.

Entre 1983 e 2022, o distrito do Porto apresentou 18,8% do total dos casos de infeção, com uma taxa de novos casos de 7,5 casos por 10^5 habitantes.

O(a)s trabalhadores(as) do sexo e as pessoas trans são universalmente reconhecidas como uma das populações que apresentam grande vulnerabilidade às infeções por VIH e Hepatites Virais.

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1100 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€57.000,00 (cinquenta e sete mil euros)

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.6 – locação de espaços
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o **"MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Alexandre Gomes – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais (Presidente)
Maria José Santos – Ponto Focal para o VIH e IST da Região Norte
João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

Membros suplentes:

Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro
Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais



DGS desde 1899 Direção-Geral da Saúde

AVISO N.º 40/2024

NÚCLEO DE GESTÃO DOS PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO

Abertura do Processo de Candidatura a Financiamento Público a projetos no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais

Nos termos do artigo 9.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, a Direção-Geral da Saúde, através do Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro, torna pública a abertura de concurso para financiamento de um projeto no âmbito do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais.

O projeto submetido a concurso deve, nos termos da referida Portaria, concorrer para a prossecução dos objetivos do Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais, tendo como finalidade promover, ativamente, o acesso à prevenção, a realização do teste de rastreio das infeções por VIH, VHB, VHC e Sífilis e a adequada referenciação, nomeadamente em grupos populacionais onde persistem barreiras à deteção dessas infeções, como sejam Homens que têm Sexo com Homens, Trabalhadores do Sexo e seus clientes e Utilizadores de Drogas, no distrito de Aveiro.

Área de Intervenção a Concurso

Para 2030, a ONUSIDA define metas mais ambiciosas: 95% das pessoas que vivem com VIH diagnosticadas; 95% das pessoas diagnosticadas em tratamento antirretroviral; 95% das pessoas em tratamento com carga viral indetetável.

Embora se verifique uma tendência decrescente no número anual de novos diagnósticos de infeção por VIH e novos diagnósticos de SIDA, observada a partir do ano 2000, a taxa de diagnóstico tardio da doença mantém-se das mais elevadas registadas na União Europeia. Em 2022, 57,2% foram diagnósticos tardios, proporções que se revelaram mais elevadas nos casos de homens que referem transmissão heterossexual (68,1%) e nas pessoas com 50 anos e mais (69,9%).

A região Norte é a segunda região com o maior número de casos acumulados, com 25,0% do total de casos. Aveiro é o quinto distrito do país com a maior taxa de incidência de novos casos de infeção por VIH diagnosticados, apresentando no total dos casos acumulados uma taxa de 3,3 novos casos por 10^5 habitantes.

A OMS estima que vivam em todo o mundo cerca de 58 milhões de pessoas com o vírus da hepatite C, que morram anualmente 290 000 por cirrose ou carcinoma hepatocelular, surgindo todos os anos cerca de 1,5 milhões de novas infeções. Para a hepatite B, as estimativas apontam para cerca de 300 milhões de pessoas que vivem com essa infeção, 820 000 mortes por ano e 1,5 milhões de novas infeções.

É fundamental manter o apoio às organizações da sociedade civil, nomeadamente organizações não-governamentais, associações de e para doentes e organizações de base comunitária é, mais do que nunca, essencial para garantir o acesso seguro aos serviços de prevenção, rastreio e tratamento de IST, VIH e da doença hepática crónica, através das suas iniciativas e projetos de proximidade junto das populações mais vulneráveis.

Assim, pretende-se financiar um projeto que:

- Promova a literacia em saúde e o acesso à prevenção das infeções por VIH, VHA, VHB, VHC e outras IST;
- Disponibilize cerca de 1000 sessões de rastreio de VIH, VHB, VHC e outras IST, de forma anónima, confidencial e gratuita, com informação pré-teste e aconselhamento pós-teste, de acordo com as orientações nacionais e internacionais;
- Garanta a referenciação hospitalar e o acesso eficaz de todas as pessoas com resultados reativos para o Serviço Nacional de Saúde;
- Garanta, em caso de necessidade, o acompanhamento à primeira consulta hospitalar para confirmação de resultados e, nas consultas subsequentes nos casos em que a adesão e retenção aos cuidados possam estar comprometidas;
- Promova a notificação anónima e o rastreio de contactos;
- Promova o aconselhamento e a referenciação para a PrEP e PPE;
- Disponibilize materiais preventivos, informação sobre infeção por vírus mpox;
- Promova o combate ao estigma e à discriminação associados ao consumo de drogas, ao trabalho sexual e à infeção por VIH, hepatites virais e outras IST.

Devem ainda estar asseguradas as seguintes condições:

- Pessoal técnico com formação adequada comprovada para exercer as atividades objeto deste concurso;
- As intervenções devem ser desenvolvidas de acordo com as Normas e Orientações Nacionais e as Recomendações Internacionais vigentes;
- O manuseamento dos resíduos (recolha dos testes e todo o material envolvido na realização do teste, *in loco* e a sua destruição por entidades competentes);
- A supervisão da atividade de utilização de dispositivos destinados à deteção, confirmação e quantificação de marcadores de infeção por VIH nos termos do enquadramento legal em vigor (artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho);
- A participação em programas de avaliação externa de qualidade que estejam disponíveis, designadamente o Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.);
- A entidade candidata deverá fazer prova da existência de supervisão laboratorial e de programa de avaliação externa da qualidade da atividade desenvolvida, através da apresentação dos documentos comprovativos devidamente assinados e datados, no separador Anexos do formulário SIPAFS em Outros.

Entidades que se podem candidatar ao apoio

Pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, nos termos dos artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Condições gerais de acesso

As constantes no artigo 7.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Duração do projeto

O projeto selecionado tem a duração máxima de 12 meses.

Candidatura

As condições técnicas da candidatura são as constantes no artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Cada candidatura deve corresponder a um único projeto, abrangendo todas as necessidades identificadas na área de intervenção a concurso.

As entidades concorrentes devem formalizar as candidaturas através da plataforma eletrónica disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Recomendamos a consulta do **"MANUAL – SISTEMA INTEGRADO DE PROGRAMAS DE APOIO FINANCEIRO EM SAÚDE – Utilizadores Externos DGS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Para esclarecimento de dúvidas, contacte: Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro (NUGESPAF) – Correio eletrónico – **financiamento@dgs.min-saude.pt**.

Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser submetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso.

Valor máximo de financiamento

€50.000,00 (cinquenta mil euros).

Modalidade de pagamento

O pagamento é efetuado através de um adiantamento de 25% do montante financiado, após a assinatura do contrato, seguido de nove prestações no início de cada mês.

Relatórios de execução técnica e financeira

A entidade beneficiária do apoio financeiro deve submeter à DGS um relatório intercalar no prazo máximo de 30 dias a contar do período de seis meses de execução do projeto e um relatório final no prazo máximo de 30 dias a contar do término do projeto. Adicionalmente, a entidade beneficiária do apoio financeiro deverá enviar trimestralmente os dados da atividade desenvolvida, nomeadamente, o número de sessões de rastreio realizadas, o número de testes realizados, o número de resultados reativos, o número de pessoas com resultados reativos referenciados para consulta hospitalar e a caracterização da população abrangida, em formulários cedidos pela DGS para o efeito.

Elegibilidade de despesas

São consideradas despesas elegíveis:

1 – Encargos com pessoal
2 – Custos de funcionamento
2.1 – administrativos/Gerais
2.2 – comunicações
2.3 – consumíveis
2.5 – combustíveis e lubrificantes
2.6 – locação de espaços
2.7 – assistência/manutenção instalações e unidade móvel
2.8 – seguros
2.9 – aquisição de serviços especializados
2.11 – outros custos de funcionamento

Para mais informações, como, por exemplo, despesas a incluir nas rubricas, sub-rubricas e sub/sub-rubricas, deve consultar o **"MANUAL FINANCEIRO – Utilizadores SIPAFS"**, disponível em **https://sipafs.min-saude.pt/SIPAFS_Inicio/Inicio**.

Exclusão de candidaturas

Os motivos de exclusão de uma candidatura são constantes do Artigo 11.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto.

Critérios de seleção

A avaliação da candidatura permite, em primeiro lugar, confirmar a sua conformidade formal nos termos do Artigo 10.º da Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, e, em segundo lugar, apreciar o seu valor técnico e adequação à área de intervenção do concurso e às necessidades identificadas.

As candidaturas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação	Pontuação Máxima
Experiência da entidade candidata e da equipa técnica	3
Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde	3
Plano de monitorização e avaliação	3
Parcerias e acordos de colaboração	3
Adequação do orçamento proposto ao projeto	3
Sustentabilidade do projeto	3
Seleção e caracterização do grupo-alvo	3
Formulação dos objetivos	3
Adequação das metodologias e conteúdos de intervenção	3
Relação custo-benefício	3
Natureza inovadora do projeto	3

Cada critério é pontuado numa escala de 0 a 3. A classificação final corresponderá à média ponderada dos valores obtidos em cada critério. Será favorável se obtiver uma pontuação igual ou superior a 1,5 ou não favorável se inferior 1,5.

A pontuação negativa (0 ou 1) atribuída aos critérios *I – Experiência da Entidade candidata e da equipa técnica e II – Pertinência do projeto para a obtenção de ganhos em saúde* justifica um parecer final desfavorável, não se exigindo que os restantes critérios sejam analisados.

Será selecionada para financiamento a candidatura com maior pontuação.

Se as candidaturas obtiverem a mesma classificação final, o critério de desempate será o de menor encargo financeiro para a Direção-Geral da Saúde.

Notificações dos Candidatos

As notificações dos candidatos no âmbito do presente procedimento serão enviadas, preferencialmente, para o correio eletrónico indicado pelos candidatos na Plataforma SIPAFS, no campo "Dados Gerais" da Entidade, os quais deverão estar atualizados.

Composição da Comissão de Seleção

Membros efetivos (3 elementos):

Joana Bettencourt – Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção por Vírus da Imunodeficiência Humana e do Programa Nacional para as Hepatites Virais (Presidente)
Maria José Santos – Ponto Focal para o VIH e IST da Região Norte
Sara Dias – Ponto Focal para o VIH, IST e Hepatites Virais da Região Centro

Membros suplentes:

João Vintém – Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro
Ana Cristina Bastos – Responsável pelo Núcleo de Gestão dos Programas de Apoio Financeiro

diversos

PUBLICIDADE

GRIMALDI LINES

Week 39

West Africa Southern Express	Grande Africa GAF0624	Grande Argentina GAR0624
Antwerp	13/09	03/10
LeHavre	17/09	07/10
Leixoes	22/09	10/10
Dakar	25/09	15/10
Conakry		
Lome	30/09	20/10
Luanda	04/10	24/10
Pointe Noire	07/10	27/10
Douala	10/10	30/10
Euroaegean Northbound	**Grande Spagna GSP0624**	**Grande Anversa GAV0824**
Antwerp	-	16/09
Livorno	14/09	04/10
Valencia	12/09	22/09
Tânger Med	28/09	08/10
Setúbal	29/09	09/10
Portbury	03/10	13/10
Cork	04/10	14/10
Vigo	-	20/10
Euroaegean Southbound (Euroshuttle)	**Grande Houston GHO0624**	**Grande Detroit GDE0624**
Cork	-	-
Antwerp	17/09	15/09
Portbury	-	18/09
Setúbal	21/09	21/09
Vigo	-	-
Valencia	-	23/09
Livorno	-	25/09
Civitavecchia	-	-

Grimaldi Portugal

info@grimaldi.pt | Lisboa: 213 216 300 - Leixões: 229 998 450 - Setúbal: 265 526 018

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES OU ÀS RESPETIVAS COMISSÕES COORDENADORAS, ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição, do artigo 132.º do Regimento da Assembleia da República e dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), avisam-se estas entidades de que se encontram para apreciação, de 21 de setembro a 21 de outubro de 2024, as iniciativas seguintes:

Projetos de Lei n.os 245/XVI/1.ª (PCP) — *Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade,* **246/XVI/1.ª (CH)** — *Modifica o regime do horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares por forma a facilitar a conciliação da vida familiar com a vida profissional,* **248/XVI/1.ª (L)** — *Alarga os períodos de gozo da licença parental inicial, da licença parental exclusiva do pai, da licença parental em caso de deficiência da criança ou de um dos progenitores, e da dispensa para amamentação ou aleitação,* **249/XVI/1.ª (L)** — *Alarga os períodos de gozo da licença parental e revê a majoração das remunerações de referência para atribuição do subsídio parental inicial, do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica e do subsídio para assistência a neto,* **255/XVI/1.ª (PAN)** — *Prevê medidas de reforço da proteção na parentalidade, aprova uma licença parental inicial igualitária de seis meses e aumenta o período de dispensa para amamentação ou aleitação até aos dois anos da criança e* **260/XVI/1.ª (BE)** — *Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária em termos de género, às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança.*

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a 10CTSSI@ar.parlamento.pt ou por carta dirigida à *Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à *Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

Os textos das citadas iniciativas encontram-se publicados na Separata n.º 21/XVI do *Diário da Assembleia da República*, de 21 de setembro de 2024, e podem ser consultados na página da Assembleia da República, no endereço eletrónico: **http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx**

FREGUESIA DE SÃO TEOTÓNIO
Município de Odemira

EDITAL N.º 12/2024 – EXUMAÇÃO DE CADÁVERES

Dário Filipe da Conceição Guerreiro, presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, faz saber que nos termos do capítulo VI do regulamento do cemitério, vai proceder-se à exumação dos cadáveres abaixo identificados, sepultados no **cemitério de São Teotónio**, pelo que se convidam os familiares ou responsáveis a contactarem os serviços administrativos desta Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente edital, a fim de ser acordado o destino a dar às ossadas. Findo que seja o prazo fixado no presente edital, sem que os interessados promovam qualquer diligência, será feita a exumação, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, as quais serão removidas para o ossário comum.

São Teotónio, 5 de setembro de 2024

O Presidente, *Dário Filipe da Conceição Guerreiro*

Processo	Ano	Nome do Falecido	Processo	Ano	Nome do Falecido
86	2015	Perpétua Maria da Silva	61	2016	Vitória Maria
2	2016	Emília Maria	64	2016	Esmeraldina José Martins Lino
3	2016	António Fernandes dos Santos	66	2016	Miquelina Maria José
4	2016	Lucília Maria Leonor	67	2016	ALDINA DELFINA ROSENDO
5	2016	Manuel Henrique	68	2016	Idalinda Maria Catarino
8	2016	António Viana	71	2016	LEONEL MARIA ILDEFONSO
11	2016	ANTÓNIO JOSÉ LUÍS	72	2016	Maria Rosa dos Reis
14	2016	José Gonçalves Rebelo Simões	73	2016	José Rosa Felismino
17	2016	Felismina Maria do Patrocínio Marques da Silva	76	2016	Maria de Jesus Inácio
18	2016	Manuel da Encarnação Inácio	78	2016	ANTÓNIO DE OLIVEIRA GUERREIRO
19	2016	Maria José Viana Custódio	79	2016	Manuel Maria Júlio
20	2016	Manuel Francisco dos Santos	80	2016	Manuel Diogo Fernandes
22	2016	Francisca Maria	82	2016	Angelino Viana Salvador
24	2016	António Maria Fernandes	83	2016	Mário da Silva Candeias
29	2016	Manuel Amândio Silva			
30	2016	José Maria Teresa Pacheco			
33	2016	Vitória Maria			
36	2016	Salvador de Campos	1	2017	Manuel António Rosa
37	2016	Baltasar da Silva	3	2017	José Duarte
38	2016	Arménio Pereira de Almeida	5	2017	FRANCISCO EFIGÉNIO MARIA
39	2016	Manuel António Camilo Joaquim	9	2017	José Maria
42	2016	JOSÉ ROMÃO DE OLIVEIRA	10	2017	Laurinda Pacheco Dionísio
44	2016	António João Gonçalves	11	2017	Florinda da Conceição da Costa
45	2016	Clarisse Rosa dos Reis	12	2017	Adília Maria Domingos Lourenço Duarte
46	2016	Fernando Rodrigues Duarte	14	2017	Pavlina Ivanova Nikolova
47	2016	Manuel António da Glória Fino	15	2017	Cremilde Guerreiro
48	2016	António Jacinto Duarte	16	2017	Rosa Maria dos Reis Rosário Farias
49	2016	Manuel Francisco da Encarnação	18	2017	António Joaquim dos Santos
50	2016	Josélia Maria	19	2017	José Salvador Duarte
51	2016	Maria Inácia	21	2017	Joana Lourenço Pacheco
53	2016	Ermelindo da Silva Nobre	22	2017	Evangelista Maria de Campos
55	2016	Maria Joana da Silva	24	2017	Maria Joana
57	2016	ANTÓNIO LUÍS VIANA	26	2017	Francisca Tomázia Faustino
58	2016	Maria Inácia da Conceição	28	2017	José Manuel de Campos
59	2016	Júlia Viana da Silva	30	2017	Maria José

AVISO n.º 20715-A/2024/2, de 18 de setembro

RECRUTAMENTO DE 50 TÉCNICOS SUPERIORES

O Ministério dos Negócios Estrangeiros pretende proceder ao recrutamento de 50 técnicos superiores, mediante procedimento concursal, para o exercício de funções na Direção de Vistos e Circulação de Pessoas.

Toda a informação sobre a Oferta de Emprego Público encontra-se disponível, para consulta, em BEP com a ref.ª OE202409/0625 ou no portal diplomático, em **https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-oportunidades/carreiras-gerais/avisos-sobre-procedimentos-concursais-internos**.

19.09.2024

O Diretor do Departamento
Jorge Lobo de Mesquita



Projeto da centenária Biblioteca da Brotéria dá uma segunda vida aos seus livros

RESTAURO Cerca de 86 livros históricos foram já restaurados pela biblioteca do Centro Cultural Brotéria. O projeto, que recebeu recentemente o Prémio Gulbenkian Património 2024, vai continuar a limpar, higienizar e restaurar mais volumes, alguns deles verdadeiros tesouros nacionais.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES** FOTOS **LEONARDO NEGRÃO**

A Biblioteca da Brotéria, na Rua de São Pedro de Alcântara, no Bairro Alto, em Lisboa, tem cerca de 160 mil livros. Até hoje foram restaurados 86 volumes antigos que se tinham vindo a deteriorar com o tempo. A recuperação de mais obras vai continuar, e agora com uma "ajuda" de 50 mil euros, uma vez que este projeto de recuperação ganhou o Prémio Gulbenkian Património 2024, atribuído recentemente.

"Estamos radiantes e muito contentes, porque é o reconhecimento de um trabalho muito grande que temos feito. É, sobretudo, o reconhecimento de um projeto que resolveu ser uma biblioteca e que, apesar de ter uma quantidade de tesouros nacionais bastante interessantes, continua a estar viva, em diálogo e ao serviço desta casa de cultura", afirma o diretor-geral da Brotéria, Padre Manuel Cardoso, em conversa com o DN.

Apesar do legado histórico, a Biblioteca da Brotéria – que tem obras que vão da Botânica à História – não está fechada e continua a crescer. "Nós nunca paramos. Isto está sempre a andar e vamos continuar. A parte da higienização dos livros está praticamente concluída, mas temos ainda bastantes livros para restaurar, e alguns específicos, aos quais nos queremos dedicar. Continuamos a receber livros todas as semanas", explica o diretor-geral da Brotéria – centro cultural de jesuítas portugueses, em Lisboa –, acrescentando que os livros desta biblioteca estão a ser reunidos há 120 anos pela Companhia de Jesus.

Manuel Cardoso mencionou que, graças a este prémio da Gulbenkian, a 1.ª edição de *Les Misérables* de Vitor Hugo irá ser restaurada. Antes, já tinham restaurado a 1.ª edição dos *Sermões* do Padre António Vieira. E conta que o livro mais antigo da biblioteca é uma *Summa Angelica*, de 1452.

"É um livro que não é um livro, ou seja, é um chamado incunábulo, que são livros antes da invenção da imprensa." Este foi uma das 86 obras restauradas no projeto designado *Biblioteca da Brotéria – Limpeza, Higienização e Restauro do Livro*.

Processo de restauro de um livro

"Ao restaurar um livro, a sua função continua, fazendo com que este possa continuar a ser utilizado", explicou ao DN uma das conservadoras do projeto, durante a nossa visita à Brotéria. Marina Afonso Moura, Rita Horta e Costa, Guedes M. Fontes , Clara de Sousa Rocha pertencem







No processo de restauro, os livros são desinfetados, e são ainda retirados insetos, poeiras e manchas.

à empresa Salvarte e fazem parte da equipa de restauro.

O edifício onde hoje se situa a Brotéria foi construído no século XVI, pertença dos Condes de Tomar. Mais tarde foi sede do Royal British Club e posteriormente recebeu a Hemeroteca Municipal de Lisboa. É nele que se encontram as duas salas onde é feita a limpeza dos livros e onde são removidos os insetos, poeiras e manchas de manuseamento e demais sujidade. Na limpeza, são utilizadas trinchas macias, borrachas, bisturis e aspiradores de sucção controlada. A limpeza, minuciosa, é feita folha a folha.

Neste processo, foram já descobertos fragmentos de papel escritos com notas, que ajudaram a criar a informação posteriormente colocada nas lombadas. "Encontrámos elementos que podem ser, do ponto de vista histórico, interessantes. Podem ter informação sobre a época", explica outra das responsáveis pela limpeza dos livros.

Todos os volumes intervencionados passam pela higienização em conjunto, respeitando as suas posições na estante: "Para não haver desencontros e desarrumações depois", explicaram as restauradoras.

Durante o processo, as responsáveis anotam todas as patologias dos livros. "Temos de ter atenção à encadernação e ao corpo do livro. Anotamos se há deformações, fragilidades, quebras, as lombadas. Registamos todas as patologias. Este registo é introduzido na base de dados. A Brotéria tem uma base de dados com quatro mil livros, com a descrição do estado de conservação para cada um deles." São atribuídos níveis de urgência de intervenção e restauro de 1 a 4, sendo o nível 1 o mais urgente.

Para as restauradoras, a maior dificuldade durante a limpeza são livros que se encontram mais afetados, tornando as suas folhas mais fragilizadas. "Estes livros são os mais difíceis de conseguir limpar porque as folhas estão aglomeradas pelos excrementos e estão com muitas lacunas. Temos que ter muito cuidado a virar folha a folha para essa limpeza".

O objetivo principal é manter a identidade do livro com materiais semelhantes aos originais nas suas folhas e capas. Todas esses materiais utilizados nos livros podem ser reversíveis. A escolha dos materiais procura ajudar os conservadores no futuro, caso o livro volte a sofrer danos.

As restauradoras explicaram ao DN que anteriormente se usavam materiais como cola, o que dificultava o trabalho de restauro.

Para além da biblioteca, a Brotéria conta com uma programação que inclui exposições e apresentações de livros, palestras e *workshops*.

Descoberta em biblioteca alemã obra inédita de Mozart

MÚSICA Terá sido escrita quando Mozart entrava na adolescência. É hoje apresentada na ópera de Leipzig.

Uma peça musical de 12 minutos proveniente do acervo das bibliotecas de Leipzig, na Alemanha, foi identificada como sendo uma obra do compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart, provavelmente escrita na sua juventude. A informação foi divulgada pelo *site* das Bibliotecas Municipais de Leipzig, que integram a Biblioteca de Música, cujo acervo contemplava esta peça musical, conhecida como *Serenate ex C* da coleção Carl Ferdinand Becker, mas que acabou por se revelar, afinal, uma das primeiras obras de Mozart.

A cópia chamou a atenção durante o trabalho de revisão da nova edição do Catálogo Köchel, que está a ser elaborado pela Fundação Internacional Mozarteum de Salzburgo e é uma referência sobre a obra musical de Mozart.

A peça musical será apresentada e interpretada hoje pela primeira vez na Alemanha, na Ópera de Leipzig, num concerto a que a população local está convidada a assistir gratuitamente.

O manuscrito de *Ganz kleine Nachtmusik* (*Pequena Música Noturna*, em tradução livre) é uma cópia ou transcrição feita por volta de 1780, ou seja, não foi escrito pelo próprio Mozart.

Para a sua elaboração, foi utilizada tinta castanha escura e papel de linho de tonalidade branco médio, as partes das vozes estão encadernadas separadamente e o manuscrito não está assinado, detalha o comunicado. Estima-se que a peça musical tenha sido escrita em meados ou finais da década de 1760, quando Mozart entrava na adolescência.

A obra de Mozart, até agora desconhecida, será incluída no novo Catálogo Köchel sob o título *Ganz kleine Nachtmusik* e listada com o número KV 648. A peça consiste em sete andamentos para trio de cordas, que ao todo duram apenas cerca de 12 minutos.

DN/LUSA



LEONARDO NEGRÃO

Amália na América celebrada no CCB

Os fadistas Ricardo Ribeiro, Cristina Branco e Raquel Tavares fizeram ontem um ensaio com a Orquestra Sinfónica Portuguesa para o espetáculo *Amália na Broadway – Além do Fado*, que acontece no domingo, às 19.00, no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa.

FILMES&SÉRIES AGENDA



Orson Welles: num mundo *fake*, onde está a verdade?

F FOR FAKE

de Orson Welles no Cinema Batalha

Entre as salas que não desistem de celebrar as memórias do cinema, o Batalha, no Porto, continua a programar obras "antigas" cuja modernidade permanece imaculada, desafiando as "modernices" dos tempos que correm. É o caso deste título de 1973, filme final de Orson Welles (1915-1985), ou melhor, o último lançado com ele ainda vivo (recorde-se o admirável *O Outro do Lado do Vento*, apenas revelado em 2018, disponível na Netflix) — sessão amanhã (11.15).

Assumindo-se como narrador, Welles apresenta-se também como personagem do mundo do *jet set* ("nós, as pessoas bonitas", diz ele com perverso sarcasmo). Aí se destaca a figura de Elmyr de Hory (1906-1976), pintor húngaro celebrizado pelos quadros falsos em que, de alguma maneira, se especializou.

Com irónico sentido de reportagem, a narrativa vai diluindo a fronteira entre o trabalho artístico e a dimensão *fake* de algumas obras em circulação. Em boa verdade, Welles é também um maravilhoso falsificador: faz um documentário que possui a vertigem e o artifício de uma ficção. **JOÃO LOPES**

GRAND TOUR
Miguel Gomes
Cinemas

Há uma qualidade nos filmes de Miguel Gomes que se mantém: uma relação com o alheamento. Um alheamento que nos coloca num jogo do artificial, só possível no cinema mais classicamente puro, como é esta história de uma fuga de um noivo no sudoeste asiático do século passado. Ainda assim, não é o seu melhor filme, talvez "apenas" o mais bonito... Venceu Melhor Realização, em Cannes. **RUI PEDRO TENDINHA**

CAVALGADA HEROICA
John Ford
Cinemateca

Ponto de referência do *western* moderno, *Stagecoach* (1939) é o filme que inaugura a relação de John Ford com o cenário de Monument Valley, ou a própria mitologia Ford/Wayne – "apenas" um grupo de estranhos dentro de uma diligência a atravessar território indígena. A obra que expôs o maravilhoso formalismo de Ford será então dissecada pelo crítico Tag Gallagher, convidado no âmbito da rubrica *Histórias do Cinema*. Dia 24, 18.00 horas. **INÊS N. LOURENÇO**

A PEDRA SONHA DAR FLOR
Rodrigo Areias
Cinemas

O chamado *mashup* da obra de Raul Brandão numa história ancorada numa comunidade da Ria, entre o desespero da morte a chegar e as confissões de um palhaço triste. Sente-se uma liberdade formal nova no cinema de Rodrigo Areias, realizador que aqui faz da fruição da palavra um prazer. Por muito que os resultados sejam desiguais, será sempre um filme que fica dentro de nós... **R.P.T.**

BATEM À PORTA
M. Night Shyamalan
TVCine Top

Em tempos de crise das utopias, a moda das ficções distópicas tem motivado muitos filmes medíocres. Não é o caso deste *Knock at the Cabin* (2023) em que um grupo de personagens inquietantes tenta convencer uma família que depende dos seus membros... evitar o apocalipse. Shyamalan é um ilusionista hábil que, além do mais, sabe cruzar a sugestão trágica com detalhes de bizarro humor (hoje, 23.05). **J.L.**

END OF SUMMER
Henrik Georgsson e Jens Jonsson
TVCine Edition

De quando em vez, um *noir* nórdico vem lembrar-nos de que ainda há vida nesse género específico. Coube agora à minissérie sueca de seis episódios *End of Summer* assumir o lembrete: um mistério centrado numa jovem psicóloga cujo comportamento pouco disciplinado esconde um passado familiar dramático e um capítulo não-encerrado. Dentro da linha sóbria e segura do policial televisivo, aqui está uma proposta recomendável. **I.N.L.**

O OUTRO LADO DA ESPERANÇA
Aki Kaurismäki **RTP Play**

Em tempos de discurso equívoco e maldoso à volta dos imigrantes, é mais do que imperativo ir beber decência ao cinema do finlandês Aki Kaurismäki, que, neste caso, está à distância de um clique gratuito. Contando a história de um refugiado sírio em Helsínquia, que cruza o destino com um vendedor ambulante, *O Outro Lado da Esperança* (2017) contém a maior lição de humanismo, pela via do humor mais estiloso e sereno. **I.N.L.**

A LESTE DO PARAÍSO
Elia Kazan **Cinema Nimas**

Da curta filmografia de James Dean (1931-1955), esta realização de Elia Kazan, adaptando o romance homónimo de John Steinbeck, foi o único título que teve estreia antes da sua morte. A odisseia do jovem Caleb (Dean) e do seu irmão face a um pai de intransigente religiosidade refaz a história de Caim e Abel num registo cuja pureza narrativa transcende todas as épocas — obra-prima (amanhã, 19.00). **J.L.**

HORIZON: UMA SAGA AMERICANA, CAP. 1
Kevin Costner **Videoclubes**

Após uma discreta passagem pelas salas, oportunidade para apanhar a primeira parte do imenso épico de Costner no *Home Cinema*, logo a seguir à estreia do segundo capítulo no Festival de Veneza. O nascimento da América visto por múltiplas histórias de pioneiros na Fronteira. Longe do fulgor de *Danças com Lobos*, não deixa de ser uma façanha de ambição. E Sienna Miller é mágica... **R.P.T.**

Um jardim que é casa de tanta gente

LISBOA Um espaço de más memórias que nos últimos anos esteve votado ao abandono e vedado ao público está agora de portas escancaradas. Os Jardins do Bombarda são agora espaço para estar, relaxar, comer, trabalhar e até para viver.

TEXTO **SOFIA FONSECA** FOTOS **LEONARDO NEGRÃO**



O jardim, dividido em várias áreas, tem um restaurante e um *snack-bar*.

Danylo e Lita, Ana e André, Marta e tantos outros. Gente que faz deste novo espaço de Lisboa a sua casa. Estamos nos Jardins do Bombarda, renascidos precisamente numa parte do antigo Hospital Miguel Bombarda, bem no centro da cidade, em Arroios, lugar que acolhe agora o Largo Residências. Local de más memórias, onde a vizinhança se recorda de "ouvir os urros ou os suicídios a partir dos muros", é agora espaço de cultura e comunidade, onde se ouve o vento a passar pelas folhas das árvores, pássaros a chilrear, talheres a bater nos pratos, gente que conversa e música.

Dois jovens ucranianos, Danylo e Lita, integram a banda Litá Folk, que faz folclore ucraniano, e estão a ensaiar sentados numa mesa ao fundo de uma das inúmeras novas casinhas que nasceram nas últimas semanas naqueles jardins. Vivem atualmente nas Residências Refúgio – cujo objetivo é apoiar a inclusão de pessoas em situação de refúgio –, instaladas no antigo Hospital de Dia do Bombarda, agora recuperado. Marta Silva, da Direção Artística do Largo Residências, não vive ali, mas tem lá passado muitas horas nos últimos meses, desde que o movimento teve de mudar de morada outra vez. Mas já lá vamos... Antes, vamos continuar o passeio pelos até há pouco vedados Jardins do Bombarda.

A entrada faz-se pelo n.º 161 da Avenida Gomes Freire, numa das portas daqueles enorme muros brancos agora decorados com pinturas de flores coloridas. Logo à entrada, uma loja de arte que vende obras dos residentes. E, no cimo das escadas, à esquerda, um pinhal e as suas sombras, com mesas e cadeiras para relaxar. Há um bar e há um restaurante, onde a comida do mundo tem feito sucesso.

Volta não volta, à sexta-feira, André Brandão tem de ligar para clientes a avisar: "Amanhã há cachupa." Ele e a amiga Ana Dionísio, ambos angolanos, são os proprietários do Bambi Bambi e quiseram trazer para aqui uma experiência gastronómica diversificada. Já habituados às tradicionais "sentadas" angolanas que faziam em alguns domingos no restaurante que tinham anteriormente – o Homie's, em Santa Apolónia –, fazem agora uma espécie de festival de comidas do mundo nos Jardins do Bombarda, tentando sempre honrar a cultura portuguesa. Assim, tanto há arroz de marisco e pato confitado com puré de batata, como *chorba*, "uma sopa argelina deliciosa", beringela assada em cama de humus, feijoada à brasileira ou moamba de galinha.

"É o nosso cartão postal", diz André Brandão, que sugere duas especialidades de múcua, o fruto do imbondeiro: em mousse ou em sumo. Aos domingos, o dia mais concorrido devido às muitas famílias que já descobriram o espaço, há churrasquinho.

Ali perto, encostado às residências artísticas – um T0 e um T1 destinados a acolher artistas –, o Cabana Snack Bar é alternativa para uma bebida fresca. Espaços onde estar ou por onde circular são muitos. Ainda na área do pinhal, há um telheiro cujas paredes estão agora todas coloridas, graças ao trabalho desenvolvido em atividades de colagem abertas ao público. E ao lado, um tanque transforma-se de acordo com os limites da imaginação: local de conversas, espaço de leitura e até minicampo de futebol.



O espaço, que esteve fechado durante anos, reabriu este verão para receber o Largo Residências e todos aqueles que por lá queiram passar.

Os Jardins Românticos poderão ser a escolha para quem quer namorar, mas também para a realização de eventos privados.

Nas extremidades dos jardins, encontram-se áreas mais recatadas, destinadas sobretudo ao usufruto dos projetos permanentes ligados ao Largo Residências e que são, atualmente, mais de 30. Projetos relacionados com as artes, a cultura, o *design*, a inclusão e até a comunicação – é ali que está a Rádio Olissipo – que ali encontraram uma casa. Ainda há estruturas modulares em construção, já há um palco, mas falta reconstruir o forno comunitário e transformar aquele que foi um armazém e salão de festas do Hospital Miguel Bombarda na Sala-estúdio Valentim de Barros, uma homenagem ao bailarino que passou quase 50 anos internado no edifício.

Não é certo por quanto tempo aqui vai ficar o Largo Residências, movimento que quer contribuir para o desenvolvimento local, através da concretização de atividades culturais e negócios sociais e do envolvimento e integração comunitária. Nascido há quase 15 anos no Intendente, passou os últimos dois no Quartel Largo Cabeço de Bola, onde vão agora ser construídas habitações para arrendamento acessível.

"Tivemos de transpor todo o ecossistema que tínhamos para aqui", diz Marta Silva, consciente de que a permanência ali está condicionada ao que será o projeto futuro para o antigo hospital, que é património classificado. Até que tenham de fazer de novo as malas, vão usufruir ao máximo dos Jardins. Até porque, como diz, "é um crime público manter este património fechado".



Diario de Noticias

EFEITOS DA GUERRA — PORTUGAL na Sociedade das Nações — AS DIFICULDADES da nossa delegação

AS VINDIMAS

ESQUECIDO — FIALHO DE ALMEIDA

HOMEM agredido a tiro

PRIMO DE RIVERA

A MORTE do enfermeiro

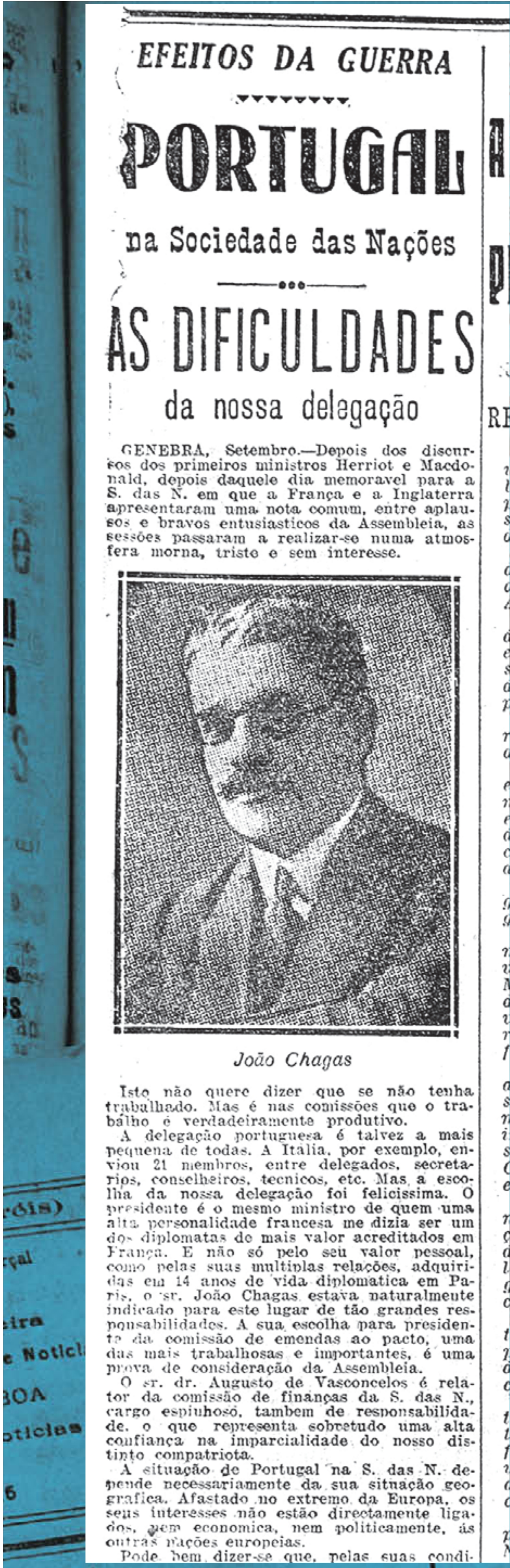
A GUERRA HISPANO-MARROQUINA

MARINHA DE GUERRA BRITANICA

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 21 DE SETEMBRO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**



EFEITOS DA GUERRA

PORTUGAL na Sociedade das Nações

AS DIFICULDADES da nossa delegação

GENEBRA, Setembro.—Depois dos discursos dos primeiros ministros Herriot e Macdonald, depois daquele dia memoravel para a S. das N. em que a França e a Inglaterra apresentaram uma nota comum, entre aplausos e bravos entusiasticos da Assembleia, as sessões passaram a realizar-se numa atmosfera morna, triste e sem interesse.

João Chagas

Isto não quere dizer que se não tenha trabalhado. Mas é nas comissões que o trabalho é verdadeiramente produtivo.

A delegação portuguesa é talvez a mais pequena de todas. A Itália, por exemplo, enviou 21 membros, entre delegados, secretarios, conselheiros, tecnicos, etc. Mas a escolha da nossa delegação foi felicissima. O presidente é o mesmo ministro de quem uma alta personalidade francesa me dizia ser um dos diplomatas de mais valor acreditados em França. E não só pelo seu valor pessoal, como pelas suas multiplas relações, adquiridas em 14 anos de vida diplomatica em Paris, o sr. João Chagas estava naturalmente indicado para este lugar de tão grandes responsabilidades. A sua escolha para presidente da comissão de emendas ao pacto, uma das mais trabalhosas e importantes, é uma prova de consideração da Assembleia.

O sr. dr. Augusto de Vasconcelos é relator da comissão de finanças da S. das N., cargo espinhoso, tambem de responsabilidade, o que representa sobretudo uma alta confiança na imparcialidade do nosso distinto compatriota.

A situação de Portugal na S. das N. depende necessariamente da sua situação geografica. Afastado no extremo da Europa, os seus interesses não estão directamente ligados, nem economica, nem politicamente, ás outras nações europeias.

Pode bem dizer-se que, pelas suas condições especiais, apenas três países se encontram isolados: a Belgica, a Suiça e Portugal.

Portugal, isolado principalmente por questões de ordem geografica, só pode exercer um papel preponderante na S. das N. conseguindo entrar para o Conselho. Mas para que Portugal possa dirigir os outros povos é necessario que ele dê provas da sua competencia governativa. E, nestes ultimos 14 anos, a nossa democracia não se tem imposto de forma a merecer uma absoluta confiança. No espaço de um mês—e, precisamente, quando está reunida a assembleia da S. das N.—mais dois movimentos revolucionarios, que só servem para dificultar cada vez mais a acção diplomatica dos nossos representantes.

Apesar disto, não se nota uma atmosfera desagradavel contra o nosso país e nem mesmo havia razões para o barulho que se fez no ano passado, na imprensa de Lisboa, em volta da questão da escravatura. Tratando-se dum assunto tão importante sob o ponto de vista humanitario, a S. das N. não podia deixar de ter uma comissão especial para tratar do assunto. Desta comissão faz parte o sr. general Freire de Andrade. Mas nem em 1923, nem este ano—e os trabalhos já estão terminados—foi pronunciada a menor palavra ofensiva para Portugal. E, ainda que assim fôsse, o nosso representante, com a sua comprovada competencia, saberia acautelar os nossos interesses e salvaguardar o bom nome do país.

Por agora, a questão está posta nos seguintes termos:

O pacto da S. das Nações determina que o conselho será formado por quatro membros permanentes e três não permanentes, podendo este ultimo numero ser elevado.

Os quatro membros permanentes são a França, a Inglaterra, a Italia e o Japão. Os membros não permanentes, elevados a seis em 1922, são a Espanha, o Brasil, a Tcheco-Slovaquia (que substituiu a China em 1923) a Belgica, a Suecia e o Uruguay. Porquê o Uruguay? Misterios que não vale a pena desvendar.

O pacto que se refere a membros não permanentes cuja frase implica necessariamente ideia de mudança, não tem, no entanto, o cuidado de indicar a duração do mandato desses membros, nem o modo de eleição. Logo em 1920, a Suecia, a Noruega e a Dinamarca apresentaram propostas, tendentes a modificar este estado de coisas e decidiu-se que os membros não permanentes seriam mudados de três em três anos.

Em 1921 a assemblea, no intuito de facilitar a resolução do caso da eleição dos membros do conselho, furtando-se ás pressões dos interessados, aprovou a seguinte emenda ao artigo 4.º, aquele que se refere á composição do Conselho das Nações:

«L'assamblée fixe à la majorité de deux tiers, les règles concernant les elections des membres non permanents du Conseil, et, en particulier, celles concernant la durée de leur mandat et les conditions de rééligibilité.»

Mas, na votação nominal, o mesmo país que já anteriormente não tinha votado a proposta scandinava, recusou-se novamente a rectificar esta emenda.

E, como o artigo 5.º do pacto diz que «as decisões da assemblea ou do conselho serão tomadas por unanimidade», e como a Espanha se mantem no mesmo proposito, pois só abandonaria o seu lugar actual no caso de poder entrar para o numero dos membros permanentes, é possivel que a situação se mantenha nestes termos ainda por muito tempo, a despeito do descontentamento de muitos e do protesto de alguns.

Tambem pode ser que a assemblea invocando a sua soberania, se resolva a eleger livremente outros membros não permanentes. E então é natural que o sr. João Chagas que, no ano passado, chegou quasi a alcançar uma vitoria, veja aumentar o numero de votos em favor de Portugal. Só entrando para o Conselho é que o nosso país poderá marcar uma situação de prestigio e de relevo na S. das N.

I. V.

QUESTÃO DE PETROLEO

A REVOLUÇÃO DA GEORGIA vai ser VENCIDA PELAS TROPAS bolchevistas

A POLITICA MILITAR DE TROTSKY

Como as revoltas que Koltchak, Denikine e varios outros inimigos dos «soviets» capitanearam, tambem a da Georgia, que alçara como seu chefe o coronel Tcholokachvili, acaba de ser esmagada pelo exercito vermelho, comandado pelo proprio Trotzky. A Georgia que, com a Armenia e o Azerbeidjan, formara em 1922 a Republica socialista-sovietica da Transcaucasia, desgostou-se do regime que havia adoptado e intentou sacudi-lo de si. Baldado empenho, em verdade! Se as revoltas de Denikine e Koltchak punham em perigo o bolchevismo-regime, a da Georgia ameaçava cortar-lhe uma das suas mais fortes escoras no mundo industrial: os «soviets», dado que os contra-revolucionarios levassem a melhor, ficariam sem os riquissimos jazigos petroliferos de Batum e do Caucaso. Ora, o bolchevismo—ao qual pouco se lhe daria, talvez, dum ou outro movimento separatista—tem na posse dos opulentos jazigos uma questão de vida ou de morte. Ou eles largam o petroleo, ou nem os gatos escapam na misera republiqueta...

O caso é que a repressão bolchevista não desiste de fornecer á Georgia a liberdade comunista, embora a Georgia dê o diabo á cardada com tal liberdade. Enquanto todas as organizações sovieticas de policia na desgraçada região foram dissolvidas, e executados os seus membros pelos contra-revolucionarios, o exercito de Trotzky por onde passa deixa ficar tudo varrido de gente, fusilando, enforcando, chacinando, reduzindo a cinzas. Quanto á protecção que os socialistas da Segunda Internacional pediram á Sociedade das Nações a favor dos georgianos, protecção essa que deveria constar duma intervenção ou então duma oferta de arbitragem, que magnifico insucesso!... Quanto á intervenção, fraquissima base juridica encontrariam para ela. Os russos levantariam logo um clamoroso protesto, alegando o respeito pelas nacionalidades, porque a Georgia faz parte da União das Republicas socialistas-sovieticas. Para começo já o governo dos «soviets» fez notar que, de 7.000 funcionarios sovieticos na Georgia, 6.000 eram naturais da região.

Não colhe, portanto, infelizmente para a Georgia, o argumento duma insurreição nacional contra estrangeiros. A questão, pois, da intervenção teria de primeiro ser submetida ao estudo duma comissão de jurisconsultos, os quais, provavelmente, se teriam de decidir pela negativa...



Coronel Tcholokachvili

... E entretanto, Trotzky não perderia tempo. Enquanto os jurisconsultos discutiam citando centenas de tratadistas, o generalissimo vermelho, para passar o tempo, cortaria milhares de cabeças. Quando chegasse a sapiente resolução só lá estariam para a receber e apreciar os soldados de Trotzky e os lobos, seus irmãos na carniça!...

HOMEM agredido a tiro

O agressor e um individuo seu cumplice, estão presos no Govêrno Civil

Os atentados pessoais ocupam, de ha um tempo a esta parte, nos registos do crime, um espaço que se alonga assustadoramente, ante a impotencia das autoridades e a brandura dos tribunais, que devolvem á sociedade centenas de individuos que do seu convivio deviam estar afastados.

A vitima de ontem foi o industrial sr. José Morais Fernandes, de 42 anos, casado, proprietario de uma serralharia na rua Borges Carneiro, n.º 61-A.

Pelás, 6,30 da tarde, quando o referido industrial, á porta da oficina, efectuava o pagamento das ferias aos operarios, foi abordado pelo serralheiro João Marques, de 18 anos, morador na rua Maria Pia, 314, que se fazia acompanhar de Carlos Saldanha, de 21 anos, residente na Estrada do Loureiro, patio 1, porta 9.

O Marques, dirigindo-se ao sr. Fernandes, declarou-lhe: «—Eu só venho trabalhar se o senhor me der mais ordenado».

O sr. Fernandes retorquiu-lhe: «—Ainda não ha uma semana que vieste, deixaste de aparecer ha 3 dias e queres mais ordenado? Não dou».

—Então dê-me trabalho na segunda feira, pediu o Marques.

—Não me convêm operarios como tu—respondeu-lhe o industrial.

Ouvindo isto, o Marques, levou a mão ao bolso e, sacando de uma pistola «Browning», disparou tres tiros sobre o seu interlocutor, atingindo-o de raspão na cara e num sovaco. O agressor, em seguida á proeza, pôs-se em fuga com o companheiro, a quem passou a pistola, perseguido pelo ferido e pelo sr. José de Abreu, encarregado de uma casa de trens da mesma rua. Com o auxilio do guarda 1064, Antonio Inocencio Rodrigues, conseguiram prender, á entrada da calçada da Estrela, o João Marques. O Saldanha foi preso, ao cimo da mesma calçada, pelo sr. A. Chalreu, delegado do governo em Vila Franca de Xira, que na ocasião seguia para casa de seu pai na travessa do Combro. O Saldanha atirou um soco ao sr. Chalreu mas foi agarrado por um braço pelo guarda 1064 que, com a violencia do choque caiu ferindo-se no rosto.

O alvejado seguiu para o banco do hospital da Estrela, acompanhado pelo guarda 1888, e voltou em seguida para a esquadra do Caminho Novo onde já se encontrava o seu agressor e o cumplice.

O sr. Morais Fernandes partiu em seguida, num automovel, para a Amadora, onde reside com sua esposa e filha.

Os presos foram mais tarde para o governo civil. O Marques diz que não foi propositadamente provocar o sr. Fernandes e que ocasionalmente passou por ali.

Guerra, Marinha, Instrução e Justiça.

AS COMENDADEIRAS DE S. TIAGO

Um vandalismo no convento de Santos-o-Novo

No convento de Santos-o-Novo estão recolhidas vinte comendadeiras da Ordem de Sant'Iago, viuvas de oficiais galardoados com aquela comenda.

As pobres senhoras ha muito que vêm reclamando contra o facto dos rapazes duma escola que ha pouco tempo foi ali instalada, não respeitarem não só o seu sossego, mais ainda a sua idade. O claustro do convento tem sido delapidado pelo rapazio, pensando-se agora em demolir um lindo poço, construido no tempo de D. João II, e que devia ser considerado pertença dos monumentos nacionais, para se fazer do recinto um campo de «foot-ball».

Contra este vandalismo veiu á nossa redacção protestar a sr.ª D. Maria do Carmo Sousa Coutinho, comendadeira de Sant'Iago.

ULTIMOS ACONTECIMENTOS

Uma manifestação aos presos politicos da Trafaria

As comissões politicas, Juntas de freguesia e directorio do Partido Republicanos Radical reuniram-se ontem á noite, no Centro da Graça, para se ocuparem das ultimas prisões politicas, efectuadas, e da atitude a adoptar, pelo Partido, em face das mesmas. Presidiu o sr. dr. José de Macedo. A assembleia, depois de tomado conhecimento de que, exceptuado o sr. Bossa da Veiga, já foi levantada a incomunicabilidade a todos os seus correligionarios detidos na Trafaria, manifestou-se contra o procedimento das autoridades, e decidiu que os radicais não cooperem nas comemorações do 5 de Outubro, tendo resolvido mais que uma comissão procure hoje o sr. presidente do ministerio para junto dele protestar contra certas violencias de que julgam ser vitima os presos politicos. Por fim foi aprovada uma moção, na qual, se afirma inteira solidariedade com os republicanos detidos por virtude dos ultimos acontecimentos, e se declara que «chegou a hora de procurar todos os meios, ainda os mais violentos para a Republica regressar a moralidade administrativa».

Hoje, ao meio dia organizar-se-á tambem por decisão da assembleia, uma manifestação aos presos da Trafaria.

Diário de Notícias

ctor—AUGUSTO D

"DIARIO DE NOTICIAS" OFERECE

DE CASTRO

ONDE VIVE a mais linda mulher de Portugal?

Os encantos da terra portuguesa não residem sómente na suavidade do seu ... dos seus monu- ... suas paisa-

O "Diário" inicia ámanhã a sua publicação ... assinadas pelo ilustre profe... e engenheiro Vicente Fer...

EUROMILHÕES SORTEIO: 076/2024
CHAVE: 16-25-29-34-37 + 3-7

M1LHÃO SORTEIO: 038/2024
1.º PRÉMIO: FSV 00753

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Tribunal confirma multa de 225M€ ao *cartel da banca*

SENTENÇA Tribunal da Concorrência manteve coimas e deixou fortes críticas aos bancos visados. Só o Barclays escapou.

O Tribunal da Concorrência confirmou ontem as multas de 225 milhões de euros aplicadas pela Autoridade da Concorrência aos bancos envolvidos no chamado *cartel da banca*, considerando que não demonstraram sentido crítico para com a conduta que prejudicou consumidores. As entidades visadas vão recorrer da sentença, incluindo quanto à questão da prescrição da responsabilidade, apesar de o tribunal recusar que os factos estejam prescritos.

"A infração é muito grave, pois as visadas reduziram a concorrência [no mercado de crédito] através de uma prática concertada", afirmou a juíza Mariana Gomes Machado.

O tribunal condenou a Caixa Geral de Depósitos (CGD) ao pagamento de 82 milhões de euros, o Banco Comercial Português (BCP) 60 milhões, o Santander Totta 35,65 milhões, o BPI 30 milhões, o Montepio 13 milhões, o BBVA 2,5 milhões, o BES 700 000 euros, o Banco BIC (por factos praticados pelo BPN) em 500 mil euros, a Caixa Central de Crédito Agrícola em 350 mil euros, a Unión de Créditos Inmobiliarios, 150 mil euros. O Barclays, que denunciou a prática e apresentou o pedido de clemência, não ficou obrigado ao pagamento de coima e teve apenas com uma admoestação.

A juíza referiu que a principal preocupação do tribunal é que a prática de concertação de preços não se repita e que, em julgamento, à exceção do Barclays, nenhum dos bancos demonstrou sentido crítico, nem qualquer conduta reparadora (à exceção de códigos de conduta).

Considerou ainda que há um "grau homogéneo no comportamento" dos bancos neste conluio e que a extensão da concertação ficou explícita no exemplo de que "a recorrida CGD recebia informação do Montepio em que aditava os seus dados e remetia ao BPI".

A CGD revelou que irá "analisará o teor da sentença com vista a uma decisão quanto ao recurso dentro dos prazos legais". Tal como o Santander Totta, que "discorda do teor da sentença do TCRS" e por isso "continuará a exercer os seus direitos de defesa no âmbito deste processo, incluindo a apresentação de recurso junto do Tribunal da Relação de Lisboa".

No dia 18 de janeiro de 2024, a Ius Omnibus (associação europeia dos consumidores fundada por Ana Gomes) entregou no Tribunal da Concorrência de Santarém cinco ações populares (cíveis) com o objetivo de fazer com que 12 dos bancos compensassem os consumidores pelos danos causados por violação das regras de concorrência da União Europeia. Em caso de procedência total, as ações cíveis resultarão numa compensação global avaliada, no patamar mais baixo e apenas até ao final de 2022, em 5368 mil milhões de euros. **DN** E **LUSA**

Palavrão sai caro a Verstappen

Max Verstappen, piloto da Red Bull, foi castigado com a obrigatoriedade de realizar trabalho comunitário por ter dito um palavrão durante uma conferência de imprensa de antevisão do Grande Prémio de Singapura de F1 (*foto*). Após reunir ontem com os comissários, a FIA aplicou-lhe o castigo.



SUWANRUMPHA / AFP

BREVES

Guterres liga a Maduro e diz-se "preocupado"

O secretário-geral da ONU falou ontem por telefone com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, a quem expressou a sua preocupação face aos relatos de violência pós-eleitoral e as alegações de violações de Direitos Humanos no país sul-americano. A informação foi avançada num comunicado divulgado pelo gabinete do porta-voz de António Guterres, que especificou que a situação política na Venezuela foi discutida num telefonema. Guterres enfatizou a Maduro "a necessidade de resolver qualquer disputa política pacificamente, através de um diálogo genuíno e inclusivo", lê-se no comunicado.

Fisco alerta para um novo *e-mail* fraudulento

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) alerta para a existência de *e-mails* fraudulentos que estão a ser enviados a contribuintes com *links* de ligação, cujo objetivo é apoderar-se de dados pessoais
"A [AT] tem conhecimento de que alguns contribuintes estão a receber mensagens de correio eletrónico nas quais é pedido que se carregue em *links* que são fornecidos", aponta o Fisco, num aviso publicado no Portal das Finanças, em que se alerta para que não se carregue nessas ligações. As mensagens são relacionadas com a Declaração de IRS, bem como com dívidas tributárias.

Sobe & desce

POR **NUNO VINHA**



NUNO CUNHA RODRIGUES
O presidente da Autoridade da Concorrência conseguiu levar até ao fim um processo contra 11 bancos em que os acusava de concertação de preços. Demorou mais de 10 anos, mas a AdC saiu vitoriosa. Resta saber se a banca não se safa, no recurso ou por prescrição.



ANTÓNIO MEXIA
O antigo homem forte da EDP continua acossado pela Justiça, agora com a revelação, no *Expresso* e no Observador, de que acumulou seis milhões numa conta *offshore*. Mexia teria começado a liquidar a conta dias antes de ser ouvido pelo Ministério Público por suspeitas de corrupção e outros crimes financeiros.



VLADIMIR PUTIN
A Rússia endureceu o discurso contra os países europeus que estão a ajudar a Ucrânia. Hoje, o visado foi Portugal, que decidiu enviar seis helicópteros *Kamov* para ajudar Kiev a combater os invasores russos. É "uma medida hostil" e a Rússia aplicará "sanções", contra Portugal, anunciou Moscovo.




Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt



5 605290 023026 56765